



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

Estado do Paraná

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

---

## **PREGÃO ELETRÔNICO N° 035/2025** **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 050/2025**

**CONTRATANTE (UASG):** MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA (987985).

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular, visando atender à totalidade da frota municipal de Cafelândia/PR.

**VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO:** R\$240.853,64 (duzentos e quarenta mil, oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 09/05/2025 às 09h00min (horário de Brasília).

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço.

**MODO DE DISPUTA:** Aberto.

**PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO:** NÃO

**PLATAFORMA DE PREGÃO ELETRÔNICO:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES COMPRASGOV .....	6
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	15
9. DOS RECURSOS .....	20
10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA .....	21
11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA .....	21
12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	22
13. REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO .....	23
14. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS .....	25
15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	25
16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	29
17. DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO .....	29
18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	30



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2025**

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Cafelândia, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº. 78.121.878/0001-72, sediada na Rua Vereador Luiz Picoli, 299 - Centro, Cafelândia - PR, 85415-000, por meio do setor de compras e licitações realizará licitação, pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular, visando atender à totalidade da frota municipal de Cafelândia/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

**1.3.** Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica da plataforma de licitação [www.gov.br](http://www.gov.br) e as especificações constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO prevalecerão às do Termo de Referência.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão Eletrônico empresas brasileiras ou empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil pertencentes ao ramo do objeto licitado, que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, para o respectivo cadastramento junto ao SICAF e COMPRASGOV e que desempenhem atividade compatível com o objeto desta Licitação.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** *A participação é de ampla concorrência.*

**2.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**2.7.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.7.1.**aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.7.2.**autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.7.3.**empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.7.4.**pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.7.5.**aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge,



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**2.13.** A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES COMPRASGOV**

- 3.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br](http://www.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para recebimento da proposta.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

**4.3.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**4.3.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote;

**4.3.2.** Nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.4.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a data e horário fixado para recebimento das propostas.

**4.5.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.6.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.7.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.7.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**4.7.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.8.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

**4.8.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**4.8.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.9.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.10.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.11.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1.** Valor unitário do item;

**5.1.2.** Marca;

**5.1.3.** Fabricante;

**5.1.4.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

**5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.7.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.7.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**5.7.3.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.7.

**5.8.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

- 6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante na proposta preenchida no sistema, sendo que os documentos anexados serão disponibilizados apenas após a fase de lances.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item/lote.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$0,10 (dez centavos)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **“ABERTO”**.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

**6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

**6.18.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

**6.18.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.18.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.18.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.19.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.19.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

6.19.2.2. empresas brasileiras;



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

**6.20.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.20.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.20.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.20.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.20.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas úteis (horário de funcionamento), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.20.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.21.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

- 7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.2.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1. conter vícios insanáveis;
  - 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **8.2. Habilitação Jurídica:**

**8.2.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.2.2. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.2.4. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

**8.2.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**8.2.7. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

**8.2.8. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#);

**8.2.9. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165);

**8.2.10.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**8.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

**8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ);**

**8.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.~

**8.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

**8.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.4. Qualificação Econômico-Financeira:**

8.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

**8.5. Qualificação Técnica ou Requisitos do Objeto:**

8.5.1. Certidão de Licenciamento emitido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atestando a regularidade para operar no mercado segurador brasileiro no ramo de seguro de veículos automotores.

**8.6. Declarações:**

**8.6.1. Declarações Unificadas (conforme Anexo IV do Edital).**

- 8.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.8. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.9. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 8.10. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

- 8.11. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.12. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.13. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.13.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.14. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.15. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.16. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.17. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais em plataformas ou cadastros (PNCP, SICAF, COMPRASGOV) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.18. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação/inabilitação.
- 8.19. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

- 8.20.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.20.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo no máximo, duas horas úteis, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.21.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.21.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.22.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):
- 8.22.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.22.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.23.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro, poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.24.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.20.1.
- 8.25.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

## **9. DOS RECURSOS**

**9.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**9.2.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo quinze minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**9.3.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**9.4.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**9.4.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**9.4.2.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**9.5.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**9.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**9.8.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.10.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.11.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.cafelandia.pr.gov.br/>



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**10.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada, no e-mail a ser informado no chat, no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**10.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.

**10.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a CONTRATADA.

**10.4.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos (**limitada a 02 (duas) casas após a vírgula**) e o valor global em algarismos e por extenso.

**10.5.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**10.6.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**10.7.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**10.8.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**11.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**11.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**11.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**11.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**11.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## **12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**12.1.** Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**12.2.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

**12.3.** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

**12.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**12.5.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da assinatura da ATA, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021 prorrogável, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**12.6.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

### **13. REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**13.1.** Os preços registrados poderão ser revistos para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida na letra "d" do inciso II, do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**13.2.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

**13.3.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

**13.4.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

**13.5.** A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos ou instrumentos equivalentes com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

**13.6.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata.

**13.7.** A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

**13.8.** A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo a análise dos preços pela Planejamento de Compras e a deliberação a respeito do pedido pelo Gestor de Contratos.

**13.9.** Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

- b) Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- c) Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;
- d) Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.

**13.10.** Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

**13.11.** Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar.

**13.12.** Em conformidade com os preceitos legais e visando assegurar a manutenção das proporções entre o "*valor registrado*" e o "*valor de mercado*", no contexto de deliberações pertinentes, será efetuada uma pesquisa para determinação do novo "*valor de mercado*". **Para efeito de preservação das referidas proporções, será aplicado o desconto concedido pela empresa na data da licitação, sendo este último considerado como fator ajustador na determinação do valor final a ser adotado para a deliberação em questão.** Tal procedimento busca garantir a conformidade com os princípios legais vigentes, bem como a transparência e equidade no processo decisório.

**13.13.** Se não houver prova efetiva de desequilíbrio econômico-financeiro e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

**13.14.** Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem acima, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

**13.15.** Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a revisão do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

**13.16.** Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço revisado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

**13.17.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

**14. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**14.1.** O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

- a) For liberado;
- b) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- e) Não aceitar o preço revisado pela Administração.

**14.2.** A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- a) Pelo decurso do prazo de vigência;
- b) Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
- d) Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

**14.3.** No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**14.4.** O fornecedor ou prestador será notificado pessoalmente para apresentar defesa no prazo de cinco dias, a contar do recebimento da comunicação.

**14.5.** A notificação poderá ser feita por meio eletrônico.

**15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**15.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

- a) Der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- b) Der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para sua celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou execução da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços e Contratos ou Instrumentos Equivalentes dela derivados;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

**15.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- 15.2.1.** Advertência, quando o Fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- 15.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- 15.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima, bem como



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

**15.2.4. Multa:**

15.2.4.1. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

15.2.4.2. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

15.2.4.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão da Ata de Registro de Preços dela derivados por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

15.2.4.4. Compensatória de 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

**15.3.** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração (art. 156, §9º).

**15.4.** Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

15.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

15.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**15.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Fornecedor, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

**15.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**15.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**15.8.** A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

**15.9.** A Administração deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

**15.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**15.11.** Os débitos do Fornecedor para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo fornecimento ou de outros contratos administrativos que o fornecedor possua com o mesmo órgão ora contratante.





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

**16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**16.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**16.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**16.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos e-mail's [adriano.compras@cafelandia.pr.gov.br](mailto:adriano.compras@cafelandia.pr.gov.br) e [juliana.gomes@cafelandia.pr.gov.br](mailto:juliana.gomes@cafelandia.pr.gov.br).

**16.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**16.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro ou Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

**16.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**17. DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**17.1.** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 720, de 05 de outubro de 2015. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**18.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**18.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**18.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**18.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**18.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**18.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**18.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**18.9.** Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica da plataforma de licitação [www.gov.br](http://www.gov.br) e as especificações constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO prevalecerão às últimas.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

**18.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.cafelandia.pr.gov.br/>.

**18.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 18.11.1.** ANEXO I - Termo de Referência
- 18.11.2.** ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar
- 18.11.3.** ANEXO III – Modelo de Proposta
- 18.11.4.** ANEXO IV – Declaração Unificada
- 18.11.5.** ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços

Cafelândia/PR, 17 de abril de 2025.

---

**JAQUELINE MOTTER DE OLIVEIRA**  
Secretária Municipal de Administração



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SEGURO DE VEÍCULOS.**

**1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular**, visando atender à totalidade da **frota municipal de Cafelândia/PR**, abrangendo veículos vinculados à Secretaria Municipal de Administração e demais secretarias do Município.

A contratação compreenderá a cobertura de diferentes modalidades de seguros, conforme a especificidade de uso e características dos veículos, distribuídos em cinco lotes distintos:

- Seguro total para veículos pesados;
- Seguro total para veículos leves;
- Seguro de responsabilidade civil para ônibus;
- Seguro contra terceiros para veículos leves;
- Seguro contra terceiros para veículos pesados.

O objeto desta contratação enquadra-se na categoria de **bens e serviços comuns**, conforme o disposto no art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo, portanto, passível de aquisição por meio de licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por lote.

O sistema Contrato terá **vigência de 12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura da ata, podendo ser prorrogado conforme interesse da Administração e nos termos da legislação vigente, **a fim de garantir o atendimento contínuo das necessidades do Município**, com segurança jurídica e patrimonial.

**1.1. ITENS A SEREM LICITADOS**



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**LOTE 1-**

<b>Lote 1</b>	<b>SEGURO TOTAL VEÍCULOS PESADO – LOTE 1</b>				
<b>ITEM</b>	<b>ITEM COMPRASGOV</b>	<b>Nº FROTA</b>	<b>PLACA</b>	<b>DESCRIÇÃO VEÍCULO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>
01	01	340	TAZ-3E84	AGRALE/A8700 P8 CARGA CAMINHAO. ANO: 2024/2025	<b>R\$ 6.589,03</b>
02	02	116	AXO-6594	IVECO/CITY CLASS 22 PASSAGEIROS, AMARELA ANO/MODELO: 2013/14	<b>R\$ 4.332,68</b>
03	03	153	INK- 7089	ONIBUS M.BENS/ COMIL SVELTO U 51 PASSAGEIROS, BRANCA ANO: 2006/06,	<b>R\$ 4.277,13</b>
04	04	53	EVC-7102	ONIBUS SCANIA/ K113 CL 4X2 360 48 PASSAGEIROS, BRANCA ANO: 1996/96	<b>R\$ 4.375,79</b>
05	05	170	BCD-3512	ONIBUS MARCOPOLO/ VOLARE V8L EO, 36 PASSAGEIROS, BRANCA ANO/MODELO: 2018/18,	<b>R\$ 7.913,92</b>
06	06	187	BCG-0617	CAMINHÃO M. BENS/ ATEGO 2730K 6X4 C, BRANCA ANO/MODELO 2017/2018,	<b>R\$ 10.060,25</b>
07	07	188	BCK-4680	ONIBUS VW/ MASCA GRAMINI E O 22 PASSAGEIROS, BRANCA ANO/MODELO 2018/19,	<b>R\$ 5.037,10</b>
08	08	200	APH-9080	ONIBUS M. BENZ BUSSCAR VIS BUS R, PRETA ANO/MODELO 2007/08	<b>R\$ 4.301,81</b>
09	09	199	AOB-0198	ONIBUS SCANIA MARCOPOLO PARADISO R, ANO/MODELO 2006/2006	<b>R\$ 4.622,40</b>



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

10	10	195	BCO-5A69	M. BENZ ONIBUS ESCOLAR RURAL ORE 02, ANO/MODELO 2018/19	R\$ 6.235,96
11	11	342	TBA-6A96	ONIBUS RODOVIARIO CARR. MASCARELLO, CAP. 43 PASSAGEIROS, VW ANO/MOD 2024/25	R\$ 19.830,00
12	12	341	TBA-6A92	ONIBUS RODOVIARIO CARR. MASCARELLO, CAP. 43 PASSAGEIROS, CHASSI VW, ANO/MOD 2024/25.	R\$ 19.830,00
13	13	115	AXW-1183	CAMINHAO MERCEDES MODELO ACCELO 815, COR PRATA. ANO/MOD 2013/13,	R\$ 5.551,54
14	14	262	RHG-4A73	CAMINHÃO MERCEDES BENZ 1419, COR BRANCA. ANO/MOD 2021/21,	R\$ 8.347,81
15	15	271	RHV-6G47	CAMINHÃO IVECO TECTOR 11-190, COR BRANCA. ANO/MOD : 2022/22	R\$ 8.451,90
16	16	275	RHZ-8H94	VAN FORD TRANSIT 460 B, CAPACIDADE 19 PASSAGEIROS COR BRANCA. ANO/MOD: 2021/22	R\$ 6.327,14
17	17	294	SEG-9J03	FORD TRANSIT TCA AMBULANCIA, COR BRANCA. ANO/ MOD 2022/23	R\$ 6.293,31
<b>VALOR LOTE 1</b>					<b>R\$132.377,77</b>

O valor total é Lote 1 de **R\$ 132.377,77 (Cento e trinta e dois mil, trezentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos).**



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**LOTE 2 –**

<b>Lote 2</b>	<b>SEGURO TOTAL VEÍCULOS LEVES – LOTE 2</b>				
<b>ITEM</b>	<b>ITEM COMPRASGOV</b>	<b>Nº FROTA</b>	<b>PLACA</b>	<b>DESCRIÇÃO VEÍCULO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>
01	18	169	AWG-3958	FIAT/ UNO ECONOMY, COR BRANCA ANO/MODELO: 2012/13,	<b>R\$ 2.274,55</b>
02	19	167	BCC- 5799	FIAT/ MOBI LIKE, BRANCA ANO/MODELO 2018/18	<b>R\$ 2.563,96</b>
03	20	163	BBT- 1496	RENAULT/ LOGAN DYN, BRANCA ANO/MODELO 2017/18,	<b>R\$ 2.489,59</b>
04	21	166	BCC- 5797	FIAT/ MOBI LIKE, BRANCA ANO/MODELO 2018/18	<b>R\$ 2.563,96</b>
05	22	192	BCL- 7254	RENAULT/ OROCH EXP 16 SCE, COR CINZA ANO/MODELO 2018/2019,	<b>R\$ 3.211,11</b>
06	23	189	BCK- 4778	FIAT/ FIOR MODIFICAR AB1, COR BRANCA ANO/MODELO 2018/18,	<b>R\$ 4.066,58</b>
<b>VALOR LOTE 2</b>					<b>R\$17.169,75</b>

Valor lote 2: **R\$ 17.169,75 (Dezessete mil, cento e sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos).**

**LOTE 3**

<b>Lote 3</b>	<b>SEGURO RESPONSABILIDADE CIVIL PARA ÔNIBUS (RCO) - LOTE 3</b>				
<b>ITEM</b>	<b>ITEM COMPRASGOV</b>	<b>Nº FROTA</b>	<b>PLACA</b>	<b>DESCRIÇÃO VEÍCULO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>
01	24	42	BTB-6H70	M. Bens/ OF 1620 49 passageiros, branca Ano: 1996/1996	<b>R\$ 1.389,73</b>
02	25	111	AXH-9A98	VW/15.190 OED E. HD ORE, 48 passageiros, amarela Ano: 2013/2013	<b>R\$ 1.389,73</b>



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

03	26	116	AXO-6F94	Iveco/City Class 22 passageiros, amarela Ano: 2013/2014	<b>R\$ 917,44</b>
04	27	153	INK-7089	M.Bens/ Comil Svelto U 51 passageiros, branca Ano: 2006/2006	<b>R\$ 1.389,73</b>
05	28	53	EVC-7102	Scania/ K113 CL 4x2 360 48 passageiros, branca Ano: 1996/1996	<b>R\$ 1.389,73</b>
06	29	69	CLJ-3855	M. Bens/ OF 1721 ROD LINCE 48 passageiros, prata Ano: 1998/1998	<b>R\$ 1.389,73</b>
07	30	61	ARS-6795	M. Bens/ Masca Gramini O 31 passageiros, amarela Ano: 2009/2009	<b>R\$ 1.346,30</b>
08	31	113	AXI-6G13	VW/ 15.190 EOD E. HD ORE 48 passageiros, amarela Ano: 2013/2013	<b>R\$ 1.389,73</b>
09	32	60	ARS-6I62	VW/Masca Gramini Os 31 passageiros, amarela Ano: 2009/2009	<b>R\$ 1.274,92</b>
10	33	170	BCD-3F12	Marcopolo/ Volare V8L EO 36 passageiros, branca Ano: 2018/2018	<b>R\$ 1.389,73</b>
11	34	195	BCO - 5A69	M. Benz Ônibus Escolar Rural ORE 02 ano 2018-2019	<b>R\$ 1.389,73</b>
12	35	138	BSF-9827	Scania/ Mpolo Viale U 49 passageiro, branca Ano: 2005/2005	<b>R\$ 1.389,73</b>
13	36	188	BCK-4680	VW/ Masca Gramini E O 22 passageiros, branca Ano: 2018/2019	<b>R\$ 1.389,73</b>
14	37	200	APH-9A80	M. Benz Busscar Vis Bus R, Preta Ano: 2007/2008	<b>R\$ 917,44</b>
15	38	199	AOB-0A98	Scania Marcopolo Paradiso R, Ano: 2006/2006	<b>R\$ 1.389,73</b>
16	39	342	TBA-6A96	ONIBUS RODOVIARIO CARR. MASCARELLO,	<b>R\$ 1.389,73</b>





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

				CAP. 43 PASSAGEIROS, VW, ANO/MOD: 2024/25	
17	40	341	TBA- 6A92	ONIBUS RODOVIARIO CARR. MASCARELLO, CAP. 43 PASSAGEIROS, CHASSI VW, ANO/MOD: 2024/25	R\$ 1.389,73
18	41	215	BDG6F5 2	VAN. IVECO, DAYLI PASSAGEIROS, ANO/ MOD:2019	R\$ 1.389,73
19	42	275	RHZ- 8H94	VAN. FORD, TRANSIT PASSAGEIROS, ANO/MOD: 2020/21	R\$ 917,44
20	43	280	SDQ- 4C28	VAN. FORD, TRANSIT PASSAGEIRO, ANO/ MOD 2020/21	R\$ 917,44
21	44	281	SDQ- 4C29	VAN. FORD, TRANSIT PASSAGEIROS, ANO/ MOD 2020/21	R\$ 917,44
22	45	282	SDQ- 4C26	VAN. FORD, TRANSIT PASSAGEIROS, ANO/ MOD 2020/21	R\$ 917,44
23	46	290	SEE- 7D62	VAN. FORD, TRANSIT PASSAGEIROS, ANO/ MOD 2020/21	R\$ 917,44
24	47	339	TAR- 7J96	IVECO/ÔNIBUS. UTILIZAÇÃO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. ANO/MODELO: 2024/2025.	R\$ 917,44
25	48	338	TAR- 8A10	IVECO/ÔNIBUS. UTILIZAÇÃO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. ANO/MODELO: 2024/2025.	R\$ 917,44
26	49	337	TAR- 7J98	IVECO/ÔNIBUS. UTILIZAÇÃO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. ANO/MODELO: 2024/2025	R\$ 917,44



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

27	50	336	TAR-8A13	IVECO/ÔNIBUS. UTILIZAÇÃO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. ANO/MODELO: 2024/2025.	<b>R\$ 917,44</b>
28	51	234	BEX-9A18	VEÍCULO IVECO/ÔNIBUS. UTILIZAÇÃO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. ANO/MODELO: 2020/2021CHASSI:	<b>R\$ 917,44</b>
29	52	137	AZV-8E42	ONIBUS URBANO MASCARELLO GRAN MIDI VOLKSBUS 15-190, UTILIZAÇÃO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. ANO/MODELO 2015/15	<b>R\$ 917,44</b>
30	53	189	BCK-4731	ÔNIBUS ADAPTADO VW MICROONIBUS, UTILIZAÇÃO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. ANO/MODELO 2018/19	<b>R\$ 917,44</b>
31	54	193	BCM-6202	ÔNIBUS RODOVIARIO VW/17.230, CAPACIDADE MINIMA DE 40 LUGARES MAIS O MOTORISTA, ANO/MODELO: 2018/19	<b>R\$ 917,44</b>
32	55	286	SDT-1D45	ONIBUS VOLARE V8L EO EUROV, CAPACIDADE DE 38 LUGARES MAIS MOTORISTA, ANO/MODELO 2022/23	<b>R\$ 917,44</b>
33	56	296	SEE-3E61	ONIBUS VW NEOBUS ESCOLAR 8.160, CAPACIDADE 22 PASSAGEIROS MAIS O CONDUTOR, ANO/MODELO 2022/23, CHASSI	<b>R\$ 917,44</b>
34	57	297	SEF-3D82	ONIBUS VW NEOBUS ESCOLAR 8.160,	<b>R\$ 917,44</b>



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

				CAPACIDADE 22 PASSAGEIROS MAIS O CONDUTOR, ANO/MODELO 2022/23	
35	58	293	SEF- 7E94	ONIBUS VOLARE V9L EO EUROV, CAPACIDADE DE 48 PASSAGEIROS MAIS MOTORISTA, ANO/MODELO 2022/23.	R\$ 917,44
<b>VALOR LOTE 3</b>					<b>R\$ 39.508,80</b>

Valor lote 3: R\$ 39.508,80 (Trinta e nove mil, quinhentos e oito reais e oitenta centavos).

**LOTE 4 -**

Lote 4	CONTRA TERCEIRO VEÍCULOS LEVE – LOTE 4				
ITEM	ITEM COMPRASGOV	Nº FROTA	PLACA	DESCRIÇÃO VEÍCULO	VALOR UNITÁRIO
01	59	323	AMX-9216	VW/GOL 1.0 - FLEX Ano:2005/2005	R\$ 848,08
02	60	313	SFI-8G70	Honda XRE 190 Ano 2024/2024	R\$ 735,36
03	61	315	SFI – 8G75	Honda XRE 190 2024/2024	R\$ 735,36
04	62	314	SFI-8G71	Honda XRE 190 2024/2024	R\$ 735,36
05	63	317	SFI-8G82	Honda XRE 190 2024/2024	R\$ 735,36
06	64	316	SFI-8G78	Honda XRE 190 2024/2024	R\$ 735,36
07	65	51	AQY-9388	VEÍCULO VOLKSWAGEM PARATI 1.6 ANO/MOD:2009/09	R\$ 875,13
08	66	144	BAJ-8198	PALIO FIRE BRANCO 4 PORTAS, COR BRANCO. Ano: 2016/16	R\$ 927,20
<b>VALOR LOTE 4</b>					<b>R\$ 6.327,21</b>

Valor lote 4: R\$ 6.327,21 (Seis mil, trezentos e vinte e sete reais e vinte e um centavos).



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**LOTE 5 –**

<b>Lote 5</b>	<b>CONTRA TERCEIRO VEÍCULOS PESADOS – LOTE 5</b>				
<b>ITEM</b>	<b>ITEM COMPRASGOV</b>	<b>Nº FROTA</b>	<b>PLACA</b>	<b>DESCRIÇÃO VEÍCULO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>
01	67	21	AFJ-7E87	CAMIONETE FORD F 4000, ANO/MODELO 1995/95	R\$ 1.574,73
02	68	209	ANN-8B30	CAMINHÃO FORD CARGO 4331 S CAVALO, ANO/MODELO 2005/05. ACOPLADO NO SEMI REBOQUE PLACA BBL-6A89, ANO/MODELO 2018/18.	R\$ 1.866,83
03	69	44	APY-5491	CAMINHÃO VOLKSWAGEM 26.220 ANO/MOD:2008/08	R\$ 1.731,65
04	70	42	BTB-6H70	M. BENS/ OF 1620 49 PASSAGEIROS, BRANCA ANO/ MOD:1996/96	R\$ 3.898,45
05	71	111	AXH-9098	VW/15.190 OED E. HD ORE, 48 PASSAGEIROS, AMARELA. Ano: 2013/13	R\$ 6.500,00
06	72	69	CJL-3855	ONIBUS M. BENS/ OF 1721 ROD LINCE 48 PASSAGEIROS, PRATA Ano: 1998/98,	R\$ 6.500,00
07	73	61	ARS-6795	ONIBUS M. BENS/ MASCA GRAMINI O, 31 PASSAGEIROS, AMARELA ANO/MOD:2009/09	R\$ 6.500,00
08	74	113	AXI-6613	ONIBUS VW/ 15.190 EOD E. HD ORE 48 PASSAGEIROS, AMARELA ANO/MOD:2013/13	R\$ 6.500,00
09	75	60	ARS-6862	ONIBUS VW/MASCA GRAMINI O 31 PASSAGEIROS, AMARELA ANO/MOD:2009/09	R\$ 6.500,00



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

10	76	138	BSF-9827	ONIBUS SCANIA/ MPOLO VIALE U, 49 PASSAGEIRO, BRANCA ANO/MOD:2005/05,	R\$ 3.898,45
<b>VALOR LOTE 5</b>					<b>R\$45.470,11</b>

O valor total a ser licitado: **R\$ 240.853,64 (Duzentos e quarenta mil, oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta e quatro centavos).**

Os números de chassi e demais dados sensíveis dos veículos integrantes da frota municipal serão fornecidos pela Administração Pública **somente após a assinatura do contrato**, diretamente à empresa contratada, **em ambiente seguro e restrito**.

Essa medida tem como objetivo **prevenir a divulgação indevida dessas informações em sites públicos ou plataformas acessíveis por terceiros**, garantindo a segurança patrimonial da frota e protegendo os dados oficiais da Administração contra possíveis fraudes, clonagens ou outros riscos associados à exposição de informações veiculares sensíveis.

**1.2. VALOR DETERMINADO PARA CONTRATAÇÃO DE SEGURO**  
**Lote 1-**

TABELA 1 – SEGURO TOTAL VEÍCULOS PESADOS											DANOS A TERCEIROS			
ITEM	VEÍCULO	PLACA	CASCO	APP MORTE, INVALIDEZ, DMHO, POR PASSAGEIRO	DANOS MATERIAIS	DANOS CORPORAIS	DANOS MORAIS	FRANQUIA	VIDROS BÁSICOS	COBERTURA ASSIST 24HRS	APP MORTE, INVALIDEZ, DMHO, POR PASSAGEIRO	DANOS MATERIAIS	DANOS CORPORAIS	DANOS MORAIS
1	AGRALE/A8700 P8 CARGA CAMINHAO CHASSI: 99BYCAYAKASC0 0042 2024/2025	TAZ-3E84	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	100KM	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
2	IVECO/CITY CLASS 22 PASSAGEIROS, ANO/MODELO 2013/14, CHASSI 93ZL68C01E84541 24 AMARELA	AXO-6594	COTAÇÃO	0	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
3	ONIBUS M.BENS/ COMIL SVELTO U 51 PASSAGEIROS, 2006/06, CHASSI 9BM3840786B4987 08, BRANCA	INK-7089	COTAÇÃO	0	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
4	ONIBUS SCANIA/ K113 CL 4X2 360 48 PASSAGEIROS, 1996/96 BRANCA CHASSI 9BSKC4X2BT3465 541	EVC-7102	COTAÇÃO	0	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200Km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

5	ONIBUS MARCOPOLO/ VOLARE V8L EO, 36 PASSAGEIROS, ANO/MODELO 2018/18, CHASSI 93PB54M10JC059 676, BRANCA	BCD-3512	COTAÇÃO	0	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
6	CAMINHÃO M. BENS/ ATEGO 2730K 6X4 C, ANO/MODELO 2017/2018, CHASSI 98M958170JB0833 20, BRANCA	BCG-0617	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	Não	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
7	ONIBUS VW/ MASCA GRAMINI E O 22 PASSAGEIROS, ANO/MODELO 2018/19, CHASSI 9532M52P5KR907 390, BRANCA	BCK-4680	COTAÇÃO	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
8	ONIBUS M. BENZ BUSSCAR VIS BUS R, ANO/MODELO 2007/08, PRETA CHASSI 98M6340618B5542 53	APH-9080	COTAÇÃO	0	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
9	ONIBUS SCANIA MARCOPOLO PARADISO R, ANO/MODELO 2006/2006, CHASSI 9BSK4X2B063584 502	AOB-0198	COTAÇÃO	0	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
10	M. BENZ ONIBUS ESCOLAR RURAL ORE 02, ANO/MODELO 2018/19, CHASSI 98M979277KB096 175	BCO-5A69	COTAÇÃO	0	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	Não	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
11	ONIBUS RODOVIARIO CARR. MASCARELLO, CAP. 43 PASSAGEIROS, CHASSI VW 9532A8TUSR021 505, ANO/MOD 2024/25.	TBA-6A96	100% FIPE	0	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	Sim	300Km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
12	ONIBUS RODOVIARIO CARR. MASCARELLO, CAP. 43 PASSAGEIROS, CHASSI VW 9532A8TUSR024 078, ANO/MOD 2024/25.	TBA-6A92	100% FIPE	0	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	Sim	300Km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
13	CAMINHÃO MERCEDES MODELO ACCELO 815, CHASSI 9MB979028DS016 565, ANO/MOD 2013/13, COR PRATA.	AXW-1183	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	Sim	100Km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
14	CAMINHÃO MERCEDES BENZ 1419, CHASSI 98M958130MB215 465, ANO/MOD 2021/21, COR BRANCA.	RHG-4A73	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	Sim	100Km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
15	CAMINHÃO IVECO TECTOR 11-190, CHASSI 93ZA018DZNB948 494, ANO/MOD 2022/22, COR BRANCA.	RHV-6G47	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	Sim	100Km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
16	VAN FORD TRANSIT 460 B, CAPACIDADE 19 PASSAGEIROS, CHASSI WFOJTTB9NU00 1442, ANO/MOD 2021/22, COR BRANCA.	RHZ-8H94	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	Sim	300Km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
17	FORD TRANSIT TCA AMBULANCIA, CHASSI WFOJTTB9NU00 5580, ANO/MOD 2022/23, COR BRANCA.	SEG-9J03	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	Sim	300km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00

**Lote 2 –**

Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299 - Centro - Cafelândia - PR / CEP.: 85.415-000 - Fone: (45) 3241-4300 – Fax.: (45) 3241-1156

CNPJ : 78.121.878/0001-72 - Site: [www.cafelandia.pr.gov.br](http://www.cafelandia.pr.gov.br)





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

TABELA 2 – SEGURO TOTAL VEÍCULOS LEVES											DANOS A TERCEIROS			
ITEM	VEÍCULO	PLACA	CASCO	APP MORTE, INVALIDEZ, DMHO, POR PASSAGEIRO	DANOS MATERIAIS	DANOS CORPORAIS	DANOS MORAIS	FRANQUIA	VIDROS BÁSICOS	COBERTURA ASSIST 24HRS	APP MORTE, INVALIDEZ, DMHO, POR PASSAGEIRO	DANOS MATERIAIS	DANOS CORPORAIS	DANOS MORAIS
01	FIAT/ UNO ECONOMY, ANO/MODELO 2012/13, CHASSI 9BD195173D04214 48, COR BRANCA	AWG-3958	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Não	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
02	FIAT/ MOBI LIKE, ANO/MODELO 2018/18, CHASSI 9BD341A5XJY5490 03, BRANCA	BCC-5799	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
03	RENAULT/ LOGAN DYN, ANO/MODELO 2017/18, CHASSI 93Y4SRFHEJJ1504 81, BRANCA	BBT-1496	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
04	FIAT/ MOBI LIKE, ANO/MODELO 2018/18, CHASSI 9BD341A5XJY5539 79, BRANCA	BCC-5797	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
05	RENAULT/ OROCH EXP 16 SCE, ANO/MODELO 2018/2019, CHASSI93Y95R3H 5K465761, COR CINZA	BCL-7254	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
06	FIAT/ FIOR MODIFICAR AB1, ANO/MODELO 2018/18, CHASSI 9BD2651JHJ91088 99, COR BRANCA	BCK-4778	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00

**Lote 4-**

LOTE 4 – FRANQUIA SEGURO CONTRA TERCEIRO VEÍCULOS LEVES												
ITEM	QNT	UND	VEÍCULO	PLACA	CASCO	APP MORTE, INVALIDEZ, DMHO, POR PASSAGEIRO	DANOS MATERIAIS	DANOS CORPORAIS	DANOS MORAIS	FRANQUIA	VIDROS BÁSICOS	COBERTURA ASSIST 24HRS
1	1	UND	VW/GOL 1.0 - FLEX 2005/2005 Chassi 9BWCA05X35T200365	AMX-9216	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
2	1	UND	Honda XRE 190 2024/2024 Chassi – 9C2MD4100RR007183	SFI-8G70	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
3	1	UND	Honda XRE 190 2024/2024 Chassi – 9C2MD4100RR007120	SFI – 8G75	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
4	1	UND	Honda XRE 190 2024/2024 Chassi – 9C2MD4100RR007396	SFI-8G71	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
5	1	UND	Honda XRE 190 2024/2024 Chassi – 9C2MD4100RR007110	SFI-8G82	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
6	1	UND	Honda XRE 190 2024/2024 Chassi – 9C2MD4100RR007158	SFI-8G78	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0



# GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

## Estado do Paraná

### DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

7	1	UND	VEÍCULO VOLKSWAGEN PARATI ANO/MOD 2009/200 1.6 ANO/MODELO 2009/09, CHASSI 9BWGB05W29P115327.	AQY-9388	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
8	1	UND	PALIO FIRE BRANCO 4 PORTAS, 2016/16 CHASSI 9BD17122ZG7581766, COR BRANCO.	BAJ-8198	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0

#### Lote 5-

### LOTE 5 – FRANQUIA SEGURO CONTRA TERCEIRO VEÍCULOS PESADOS

ITEM	QNT	UND	VEÍCULO	PLACA	CASCO	APP MORTE, INVALIDEZ, DMHO, POR PASSAGEIRO	DANOS MATERIAIS	DANOS CORPORAIS	DANOS MORAIS	FRANQUIA	VIDROS BÁSICOS	COBERTURA ASSIST 24HRS
1	1	UND	CAMIONETE FORD F 4000, ANO/MODELO 1995/95, CHASSI 9BFKNT137SD867687.	AFJ-7E87	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
2	1	UND	CAMINHÃO FORD CARGO 4331 S CAVALO, ANO/MODELO 2005/05, CHASSI 9BFYCTET55B855839, ACOPADO NO SEMI REBOQUE PLACA BBL- 6A89, ANO/MODELO 2018/18, CHASSI 9A9S3PM00JCFH5028	ANN-8B30	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
3	1	UND	CAMINHÃO VOLKSWAGEN 26 220 ANO/MODELO 2008/08, CHASSI 9BW4782U28R832626.	APY-5491	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
4	1	UND	M. BENS/ OF 1620 49 PASSAGEIROS, ANO/ MODELO 1996/96, CHASSI 9BM384087TB104137, BRANCA	BTB- 6770	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
5	1	UND	VW/15.190 OED E. HD ORE. 48 PASSAGEIROS. 2013/13, CHASSI 9532E82E82W9DR350296, AMARELA.	AXH- 9098	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
6	1	UND	ONIBUS M. BENS/ OF 1721 ROD LINCE 48 PASSAGEIROS. 1998/98, CHASSI 9BM384073WB166306, PRATA	CJL- 3855	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
7	1	UND	ONIBUS M. BENS/ MASCA GRAMINI O. 31 PASSAGEIROS, ANO/MODELO 2009/09, CHASSI 9BM6882729B660209, AMARELA	ARS- 6795	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
8	1	UND	ONIBUS VW/ 15.190 EOD E. HD ORE 48 PASSAGEIROS, ANO/MODELO 2013/13, CHASSI 9532E82W9DR340893, AMARELA	AXI-6613	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
9	1	UND	ONIBUS VW/MASCA GRAMINI O 31 PASSAGEIROS, ANO/MODELO 2009/09, CHASSI 9BWP452R99R942087, AMARELA	ARS- 6862	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
10	1	UND	ONIBUS SCANIA/ MPOLO VIALE U. 49 PASSAGEIRO, ANO/MODELO 2005/05, CHASSI 9BSK4X2B053565342, BRANCA	BSF- 9827	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**1.3. Veículos Sem Referência na Tabela FIPE**

Os veículos que não possuem cotação disponível na Tabela FIPE, a estimativa de valores foi realizada com base nos orçamentos internos fornecidos pelo Departamento de Frotas vinculado à Secretaria Municipal de Administração. Esses valores consideram o estado de conservação, o ano de fabricação, o modelo, o uso predominante do veículo.

Tal procedimento se justifica pela ausência de parâmetros de mercado amplamente reconhecidos para determinados modelos específicos, customizados ou com particularidades de aquisição por meio de convênios e programas institucionais.

Esses valores servirão como base para fins de cotação e elaboração das apólices, e serão devidamente informados à seguradora no momento da contratação, acompanhados de justificativas e documentação comprobatória emitida pelo setor técnico responsável.

VEÍCULOS PESADO- LOTE 1			
ITEM	DESCRIÇÃO	PLACA	VALOR DO VEÍCULO
01	ONIBUS M.BENS/ COMIL SVELTO U 51 PASSAGEIROS, 2006/06, CHASSI 9BM3840786B498708, BRANCA	INK- 7089	R\$110.000,00
02	ONIBUS SCANIA/ K113 CL 4X2 360 48 PASSAGEIROS, 1996/96 BRANCA CHASSI 9BSKC4X2BT3465541	EVC- 7102	R\$125.000,00
03	ONIBUS M. BENZ BUSSCAR VIS BUS R, ANO/MODELO 2007/08, PRETA CHASSI 9BM6340618B554253	APH- 9080	R\$120.000,00
04	ONIBUS SCANIA MARCOPOLO PARADISO R, ANO/MODELO 2006/2006, CHASSI 9BSK4X2B063584502	AOB- 0198	R\$160.000,00
05	M. BENZ ONIBUS ESCOLAR RURAL ORE 02, ANO/MODELO 2018/19, CHASSI 9BM979277KB096175	BCO- 5A69	R\$240.000,00
06	ONIBUS RODOVIARIO CARR. MASCARELLO, CAP. 43 PASSAGEIROS, CHASSI VW 9532A8TU5SR021505, ANO/MOD 2024/25,	TBA-6A96	R\$905.000,00



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

07	ONIBUS RODOVIARIO CARR. MASCARELLO, CAP. 43 PASSAGEIROS, CHASSI VW 9532A8TU5SR024078, ANO/MOD 2024/25.	TBA-6A92	R\$905.000,00
----	--	----------	---------------

A escolha pela modalidade Pregão fundamenta-se na possibilidade de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, assegurando o cumprimento dos princípios da economicidade, eficiência e ampla competitividade, conforme estabelecido pela legislação vigente.

**O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial. Haverá a possibilidade de prorrogação por igual período, inclusive com a renovação dos quantitativos, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração.**

Fica expressamente vedada a subcontratação do objeto.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

Abaixo segue a fundamentação e descrição da necessidade:

**Fundamentação:** A fundamentação da contratação encontra-se no inciso XIII, artigo 6º da Lei 14.133/2021, por possuir padrão de desempenho e características gerais e específicas encontradas no mercado.

**Necessidade:** A contratação dos serviços de seguro para a frota municipal de Cafelândia-PR é necessária para garantir a continuidade e a segurança da prestação dos serviços públicos executados por meio dos veículos oficiais, os quais são utilizados em atividades essenciais de interesse coletivo.

Os veículos descritos encontram-se, em sua maioria, com apólices de seguro vencidas no exercício de 2025, estando, portanto, desprotegida contra eventuais sinistros, tais como acidentes, roubos, furtos e danos a terceiros. Tal cenário representa um risco significativo ao patrimônio público municipal e compromete a capacidade de resposta da Administração em situações emergenciais, além de expor o Município a possíveis responsabilizações civis e financeiras.

A única exceção refere-se a dois ônibus adquiridos recentemente (entre 2024 e 2025), que, por serem novos, ainda não haviam sido segurados. No entanto, mesmo



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

esses veículos necessitam de cobertura imediata, pois integram a frota destinada ao transporte de passageiros.

Diante disso, a contratação se mostra indispensável para:

- Proteger o patrimônio público municipal contra perdas decorrentes de sinistros;
- Resguardar o Município de responsabilidades civis perante terceiros;

Garantir a continuidade e a qualidade dos serviços essenciais, como transporte escolar, deslocamento de pacientes, apoio a obras públicas, ações administrativas e emergenciais;

Atender às exigências legais e aos princípios da gestão pública eficiente, preventiva e econômica.

A ausência de seguro compromete não apenas o equilíbrio orçamentário em caso de danos, mas também a confiança da população na capacidade do Município de prestar serviços de forma segura, ininterrupta e responsável.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Para atender à demanda, a solução escolhida para contratação de empresa especializa no fornecimento de seguro para a frota municipal, conforme as quantidades especificadas no item 7.1. do Estudo Técnico Preliminar. A contratação será realizada em estrita conformidade com os preceitos legais e regulamentares aplicáveis, garantindo transparência e eficiência no processo.

Para garantir a competitividade dos preços e a escolha mais vantajosa para a Administração, foram coletados **orçamentos de três seguradoras diferentes**, especializados em seguro veicular.

Considerando os materiais a serem obtidos e a legislação vigente, verifica-se que a modalidade de licitação mais adequada será o pregão, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme previsto na legislação e alinhado às práticas adotadas pela **Secretaria Municipal de Administração**, visando a otimização dos recursos públicos e a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1. Sustentabilidade**

Além dos impactos ambientais descritos no item 16 do Estudo Técnico Preliminar eventualmente, devem ser observados os seguintes requisitos, conforme as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- I. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício;
- II. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento;
- III. Dar preferência à equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo;
- IV. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas;
- V. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água;
- VI. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;
- VII. Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água;
- VIII. Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

- IX. Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa;
- X. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00;
- XI. Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico;
- XII. É proibido incinerar qualquer resíduo gerado. Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade;
- XIII. Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável;
- XIV. Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- XV. Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

#### **4.2. Indicação de marcas ou modelos**

Não se aplica

#### **4.3. Garantia da Contratação**

A empresa contratada deverá garantir a plena execução do objeto, conforme as condições estabelecidas no contrato e na apólice de seguro. Para tanto, deverá



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

apresentar **garantia contratual mínima de 12 (doze) meses** para todos os serviços prestados e coberturas contratadas, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente, conforme interesse da Administração.

Além disso, será exigido o cumprimento das obrigações previstas na **apólice de seguro**, bem como nas normas estabelecidas pela **Superintendência de Seguros Privados – SUSEP**, especialmente quanto aos prazos para emissão de apólice, acionamento de cobertura, indenizações por sinistro e assistência 24 horas.

#### **4.4. Da exigência de amostra**

Não há necessidade de apresentação de amostra.

#### **4.5. Obrigação das partes**

##### **4.6. Da contratada**

- I. Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação
- II. Designar, formalmente, representante, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento.
- III. Acatar as recomendações da fiscalização do contratante, facilitando a ampla ação desta, inclusive com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitados.
- IV. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários.
- V. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- VI. A empresa contratada deverá cumprir os prazos estabelecidos e atender integralmente às exigências contratuais, garantindo a continuidade e a eficácia dos serviços prestados.
- VII. A empresa contratada deverá se responsabilizar pela substituição de qualquer item que apresente defeito de fabricação ou que esteja fora das condições adequadas de uso durante o período de garantia.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

**4.7. Da contratante**

- I. Fiscalizar a execução dos serviços, verificando se estão sendo prestados de acordo com as especificações estabelecidas neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada.
- II. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o serviço pactuado.
- III. Comunicar, por escrito, a contratada qualquer falha na prestação dos serviços, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou proposta apresentada.
- IV. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

**4.8. Sanções**

Serão utilizadas sanções do decreto municipal 156/2023 art. 6º.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1. Condição e local de entrega**

Para garantir a correta prestação do objeto será necessário o estrito cumprimento dos seguintes requisitos:

- I. Cumprimento da legislação aplicável.
- II. A empresa CONTRATADA deverá respeitar as normas de segurança vigentes.
- III. A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- IV. A entrega dos serviços obedecerá rigorosamente às condições deste Edital, Contrato e seus anexos.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

- V. **Prazo para vistoria inicial:** Após a assinatura do contrato, a seguradora deverá iniciar a vistoria online dos veículos no prazo máximo de 3 (três) horas, contadas a partir do recebimento da solicitação por parte da Administração Pública;
- VI. **Local de entrega:** O local de prestação dos serviços será definido pela secretaria no momento da requisição de compra. A empresa contratada deverá cumprir os prazos estabelecidos e atender integralmente às exigências contratuais, garantindo a continuidade e a eficácia dos serviços prestados
- VII. **Início da cobertura:** A cobertura deverá entrar em vigor imediatamente após a conclusão da vistoria online;
- VIII. **Atendimento emergencial:** A contratada deverá disponibilizar um número de telefone exclusivo para atendimento rápido e imediato em caso de necessidade, garantindo suporte contínuo à Administração;
- IX. **Acionamento do seguro:** O acionamento da cobertura do seguro deverá ser imediato, a partir da confirmação da solicitação realizada por e-mail ou contato telefônico, respeitando as condições estabelecidas na apólice;
- X. **Apólices individualizadas:** Cada veículo deverá possuir uma apólice de seguro específica, contemplando as coberturas e características adequadas ao seu tipo e uso;
- XI. **Inclusão de novos veículos:** A contratada deverá prever a possibilidade de inclusão de novos veículos durante a vigência do contrato, mediante emissão de apólices adicionais conforme os termos pactuados;
- XII. **Cobertura por lote:** Cada lote deverá manter sua individualidade quanto à cobertura, conforme as especificações técnicas detalhadas nos tópicos específicos deste Estudo Técnico Preliminar;
- XIII. **Cobertura nacional e assistência 24h:** As apólices deverão ter abrangência em todo o território nacional e incluir serviço de assistência 24 horas.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

- XIV. **Peças e serviços:** A contratada deverá utilizar **exclusivamente peças novas**, recomendadas pelos respectivos fabricantes dos veículos, sendo vedado o uso de itens reconicionados. A conformidade com as especificações deverá ser verificada no ato da entrega do veículo consertado. Em caso de defeitos ou inconformidades, o fornecedor deverá substituir as peças e refazer os serviços, sem qualquer ônus para a Administração Municipal.
- XV. **Responsabilidade:** A contratada será **integralmente responsável pela qualidade dos serviços prestados**, inclusive os eventualmente executados por subcontratadas, devendo garantir os serviços e peças substituídas pelo prazo mínimo de **180 (cento e oitenta) dias ou 20.000 km rodados**, o que ocorrer primeiro.
- XVI. **Disponibilizar e manter** as condições (gerais e particulares) do seguro em conformidade com a legislação vigente e normas da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados);
- XVII. **Fornecer a apólice de seguro** no prazo máximo de **15 (quinze) dias** após a assinatura do contrato;
- XVIII. **Indenizar o Município de Cafelândia – PR**, em caso de sinistro, no valor total da importância segurada, **no máximo em 30 (trinta) dias** após a entrega da documentação exigida;
- XIX. **Manter todas as condições de habilitação e qualificação** durante a vigência do contrato, comunicando imediatamente qualquer alteração que possa comprometer sua execução;
- XX. **Blindagem:** Nenhum dos veículos mencionados neste termo possui blindagem.

## **5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica**

A empresa contratada deverá assegurar a prestação adequada dos serviços de seguro veicular, garantindo a conformidade com as condições contratuais e as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

Será obrigatória a **garantia mínima de 180 (cento e oitenta) dias ou 20.000 km rodados**, o que ocorrer primeiro, para os serviços de reparo executados em veículos sinistrados, bem como para todas as peças substituídas, devendo estas ser **novas e originais**, conforme especificações dos respectivos fabricantes.

A contratada também deverá disponibilizar **assistência técnica 24 horas**, abrangendo todo o território nacional, os serviços previstos na apólice, garantindo suporte imediato à Administração em qualquer situação de emergência.

Além disso, deverá ser disponibilizado um canal exclusivo de atendimento emergencial (telefone e e-mail), com resposta imediata, inclusive fora do horário comercial, para o acionamento do seguro e demais solicitações da Administração.

Toda a manutenção e os serviços decorrentes da cobertura do seguro deverão ser realizados por oficinas credenciadas ou autorizadas, respeitando os padrões de qualidade exigidos pelos fabricantes dos veículos.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas e normas da Lei 14.133/2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A fiscalização do contrato seguirá o contido no decreto municipal 156/2023.

São indicados para a fiscalização:

Gestor: **SORLI DOMINGOS PORTO** – matrícula 71431, **VILMA INÊS DEFINSKI**  
- matrícula 71421, **ADAUTO COSTA JUNIOR** – matrícula 80161.

Fiscal Titular: **LÍRIO WANZUITA** – Matrícula: **71961**.

Fiscal Reserva: **CICERO VIRISSIMO** – matrícula **74461**.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO**

### **7.1. Recebimento do objeto**





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

O objeto será recebido provisoriamente, no ato da entrega, onde deverão ser conferidos na presença dos responsáveis de ambas as partes (Contratante e Contratada), com as quantidades descritas na(s) respectiva(s) Ordem(s) de Serviço e outros eventuais registros internos.

O objeto será recebido definitivamente, após o transcurso do prazo de 15 dias, caso não haja contestação ou apontamento de não conformidade dos serviços às especificações constantes no processo.

O objeto poderá ser rejeitado, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído, a constar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

No caso de controvérsia sobre execução do objeto, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7.2. Liquidação**

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias corridos para fins de liquidação.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, como:

- I. Prazo de validade
- II. Data da emissão
- III. Dados do contrato e órgão contratante
- IV. Período respectivo da execução



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

- V. Valor a pagar
- VI. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus do contratante;

O pagamento efetuado pela Prefeitura de Cafelândia não isenta a contratada de suas obrigações e responsabilidades.

É vedada a contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

### **7.3. Forma de pagamento**

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada retenção tributária prevista na legislação vigente.

O contrato regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei complementar Nº123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

A vencedora será selecionada por meio de PROCESSO LICITATÓRIO, utilizando a modalidade PREGÃO na forma eletrônica, com a aplicação do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

## **8.2. Exigência de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos estabelecidos na minuta do Edital.

## **8.3. Estimativas do valor da contratação**

O valor da licitação R\$ 240.853,64 (Duzentos e quarenta mil, oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta e quatro centavos). Conforme descrito nos valores apresentados no item 1 deste termo de referência.

**Pesquisa de Preço:** A pesquisa de preços foi realizada com base em orçamentos obtidos junto a fornecedores especializados, coletados pelo Departamento de Frota e Logística da Administração Municipal.

Os orçamentos contemplam os cinco lotes definidos neste Estudo Técnico Preliminar, considerando as diferentes modalidades de cobertura de seguro veicular.

Ressalta-se que, durante a formação da estimativa de preços, **não foi possível obter três orçamentos para todos os itens**, situação justificada no documento anexo emitido pelo Departamento de Frota e Logística, o qual acompanha o Estudo Técnico Preliminar.

Para definição dos valores unitários estimados de cada seguro, foi considerado **o menor preço entre os orçamentos válidos obtidos**.

**Responsável técnico pelo levantamento de preços:** Departamento de Frota e Logística – Prefeitura Municipal de Cafelândia/PR.

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

As despesas provenientes deste contrato serão suportadas por recursos dispostos na dotação orçamentária correspondente no ano de 2025, contas **0190, 0440, 0560, 0690, 0890, 1050, 1540, 2290, 3870, 3870, 4910, 5420, 5680, 6590, 6810, 7050, 7410, e 7680.**

Órgão	Projeto/atividade	Natureza	Fonte	Conta / Secretaria
02.001	04.122.00022-002	339039	0	0190- Manutenção do Gabinete do Prefeito
03.001	04.122.00022-004	339039	0	0440- Manut. Junta do serviço militar
03.001	04.122.00022-005	339039	0	0560- Gestão Das Políticas de Governo
03.001	04.131.00022-006	339039	0	0690- Gestão Políticas Comunicação Social
04.001	04.122.00032-008	339039	0	0890- Administração Geral
05.001	04.121.00052-009	339039	0	1050- Manut. Secretaria de Planejamento
06.001	04.129.00042-012	339039	0	1540- Manut. Coord. Tributação e Fiscalização
07.001	10.122.00062-018	339039	303	2290- Manut. Da Atenção Básica
08.001	12.361.00082-029	339039	103	3870- Transporte Escolar
08.001	12.361.00082-030	339039	103	3870- Manut. Ensino Fundamental
08.001	12.365.00092-035	339039	103	4910- Manut. Da Educação Infantil
08.002	13.392.00102-041	339039	0	5420- Manutenção Das Ativ. Culturais
09.001	08.122.00142-044	339039	0	5680- Serv. Administ. E Suporte Fisico
10.001	15.122.00162-057	339039	0	6590- Manutenção da Divisão de Obras
10.001	26.782.00162-060	339039	0	6810- Manut. Conserv. Malha Viária
11.001	15.452.00172-061	339039	0	7050- Manut. Serviços de Limpeza Publica
11.001	20.608.00172-068	339039	0	7410- Coord. De Agricultura e Meio Amb.
12.001	27.812.00112-072	339039	0	7680- Manut. e Desenv. do Esporte



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

Cafelândia-PR, 10 de abril de 2025.

**JOYCELAINE GOMES QUADRA PIEREZAN**  
Equipe de Apoio da Divisão de Planejamento

**NADIR TEREZINHA SKURA**  
Equipe de Apoio da Divisão de Planejamento

**DAIANDRA DESTRI PASQUAL GALLO**  
Agente de Planejamento



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

**ANEXO II**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

Secretaria Municipal de Administração.

Solicitação nº43/2025.

Secretária Municipal de Administração: **JAQUELINE MOTTER DE OLIVEIRA**

Prazo: **12 (doze) Meses.**

**2. INTRODUÇÃO**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo subsidiar a contratação de seguro para a Frota Municipal de Cafelândia-PR, visando atender à demanda da Secretaria Municipal de Administração.

A iniciativa tem por finalidade garantir a segurança patrimonial em caso de acidentes envolvendo veículos da frota municipal, assegurando a cobertura tanto para os próprios veículos quanto para terceiros, conforme descrito em cada lote.

A frota contempla motocicletas, automóveis, caminhões, vans e ônibus escolares. Todos os veículos são utilizados no transporte de passageiros, com exceção das motocicletas, que são operadas exclusivamente por um servidor e não transportam passageiros.

A contratação será realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos, classificando os itens como bens e serviços comuns, nos termos do inciso XIII do artigo 6º da referida legislação.

**3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A contratação do seguro da frota municipal de Cafelândia-PR se mostra necessária para garantir a segurança patrimonial e jurídica da Administração Pública diante de possíveis sinistros, como acidentes, roubos, furtos e danos materiais ou corporais causados a terceiros.

Atualmente, os veículos relacionados nos tópicos específicos encontram-se com as apólices de seguro vencidas no ano de 2025, estando, portanto, sem cobertura ativa, o que representa um risco considerável ao erário público. A única exceção refere-se a dois ônibus zero quilômetro, adquiridos entre os anos de 2024 e 2025, os quais não possuíam seguro anteriormente por serem veículos novos e, desde então, permanecem estacionados no pátio do Paço Municipal.

A frota é composta por motocicletas, veículos leves, caminhões, vans e ônibus, sendo utilizada, majoritariamente, para o transporte de passageiros. As motocicletas são destinadas a atividades administrativas, conduzidas exclusivamente por servidores, sem o transporte de terceiros.

A ausência de seguro expõe o Município a prejuízos financeiros diretos em caso de sinistros, além de comprometer a continuidade de serviços essenciais, como o transporte escolar, o deslocamento de pacientes e o suporte logístico às ações das diversas secretarias municipais. Diante disso, a contratação de seguros é medida





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

indispensável para preservar o patrimônio público e assegurar a regularidade e segurança na prestação dos serviços à população.

#### **4. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO**

A contratação de seguro para a frota municipal de Cafelândia-PR justifica-se pela necessidade de garantir a proteção do patrimônio público, minimizar riscos operacionais e assegurar a continuidade dos serviços essenciais prestados à população. A frota municipal é utilizada em diversas atividades administrativas e operacionais, incluindo o transporte escolar, deslocamento de pacientes, ações das secretarias municipais e serviços de apoio em obras e atendimentos emergenciais.

Considerando que a maioria dos veículos encontra-se com as apólices de seguro vencidas e, portanto, desprotegidos contra danos, furtos, roubos ou acidentes, torna-se imprescindível a contratação de apólices atualizadas, adequadas ao perfil e uso dos veículos. Além disso, o seguro se faz necessário para atender exigências legais relacionadas à responsabilidade civil, especialmente nos casos de transporte de passageiros.

O cenário de inexistência de cobertura expõe o Município a riscos financeiros significativos, com a possibilidade de arcar com altos custos de reparação de veículos ou indenizações a terceiros, comprometendo o equilíbrio orçamentário e a execução regular de serviços públicos. A ausência de seguro, especialmente para veículos em circulação diária, compromete também a segurança de servidores, alunos, pacientes e demais usuários atendidos pelo Município.

Portanto, a contratação de seguro representa uma medida de gestão responsável, preventiva e economicamente viável, uma vez que transfere para a seguradora os riscos de eventos danosos, ao mesmo tempo em que garante maior eficiência na prestação dos serviços públicos.

#### **5. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL OU JUSTIFICATIVA PARA AUSÊNCIA DE PREVISÃO**

A ausência de previsão no Plano de Contratação Anual do município de Cafelândia/PR pode ser justificada pelo fato de que, apesar do Decreto nº 157, de 21 de dezembro de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, estar em vigor, o município ainda não estabeleceu seu próprio Plano de Contratação Anual.

Apesar de não existir um Plano de Contratação Anual, a demanda de Seguro da Frota Municipal está prevista no orçamento do município para o ano de 2025. Evidenciando o compromisso com orçamento e despesas locais, também demonstra o compromisso da administração municipal com a continuidade dos serviços públicos e o bem-estar da população.

A dotação orçamentária para essa demanda estão identificadas nas contas **0190, 0440, 0560, 0690, 0890, 1050, 1540, 2290, 3870, 3870, 4910, 5420, 5680, 6590, 6810, 7050, 7410, e 7680**, indicando que o município possui recursos financeiros reservado para esse fim específico. Ressaltando a capacidade da administração de arcar com os custos associados à contratação da empresa especializada, suprimindo assim as demandas das Secretarias.

Portanto, a disponibilidade de recursos no orçamento municipal para a contratação da empresa especializada reforça a responsabilidade fiscal e o



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

compromisso da administração de Cafelândia em fornecer serviços de qualidade que atendam às demandas da população.

## **6. REQUISITO PARA CONTRATAÇÃO**

Para garantir a adequada execução do objeto, a empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) **Prazo para vistoria inicial:** Após a assinatura do contrato, a seguradora deverá iniciar a vistoria online dos veículos no prazo máximo de 3 (três) horas, contadas a partir do recebimento da solicitação por parte da Administração Pública;
- b) **Início da cobertura:** A cobertura deverá entrar em vigor imediatamente após a conclusão da vistoria online;
- c) **Atendimento emergencial:** A contratada deverá disponibilizar um número de telefone exclusivo para atendimento rápido e imediato em caso de necessidade, garantindo suporte contínuo à Administração;
- d) **Acionamento do seguro:** O acionamento da cobertura do seguro deverá ser imediato, a partir da confirmação da solicitação realizada por e-mail ou contato telefônico, respeitando as condições estabelecidas na apólice;
- e) **Apólices individualizadas:** Cada veículo deverá possuir uma apólice de seguro específica, contemplando as coberturas e características adequadas ao seu tipo e uso;
- f) **Inclusão de novos veículos:** A contratada deverá prever a possibilidade de inclusão de novos veículos durante a vigência do contrato, mediante emissão de apólices adicionais conforme os termos pactuados;
- g) **Cobertura por lote:** Cada lote deverá manter sua individualidade quanto à cobertura, conforme as especificações técnicas detalhadas nos tópicos específicos deste Estudo Técnico Preliminar;
- h) **Local da prestação dos serviços:** A prestação dos serviços será realizada no local definido pela Secretaria Municipal de Administração no momento da requisição. A empresa contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos e garantir a eficácia e continuidade dos serviços;
- i) **Cobertura nacional e assistência 24h:** As apólices deverão ter abrangência em todo o território nacional e incluir serviço de assistência 24 horas.
- j) **Peças e serviços:** A contratada deverá utilizar **exclusivamente peças novas**, recomendadas pelos respectivos fabricantes dos veículos, sendo vedado o uso de itens reconicionados. A conformidade com as especificações deverá ser verificada no ato da entrega do veículo consertado. Em caso de defeitos ou inconformidades, o fornecedor deverá substituir as peças e refazer os serviços, sem qualquer ônus para a Administração Municipal.
- k) **Responsabilidade:** A contratada será **integralmente responsável pela qualidade dos serviços prestados**, inclusive os eventualmente



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

executados por subcontratadas, devendo garantir os serviços e peças substituídas pelo prazo mínimo de **180 (cento e oitenta) dias ou 20.000 km rodados**, o que ocorrer primeiro.

l) **Disponibilizar e manter** as condições (gerais e particulares) do seguro em conformidade com a legislação vigente e normas da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados);

m) **Fornecer a apólice de seguro** no prazo máximo de **15 (quinze) dias** após a assinatura do contrato;

n) **Indenizar o Município de Cafelândia – PR**, em caso de sinistro, no valor total da importância segurada, **no máximo em 30 (trinta) dias** após a entrega da documentação exigida;

o) **Manter todas as condições de habilitação e qualificação** durante a vigência do contrato, comunicando imediatamente qualquer alteração que possa comprometer sua execução;

p) **Blindagem**: Nenhum dos veículos mencionados neste termo possui blindagem.

**6.1.** A prestação de serviço será de forma parcelada (sem ônus a demandante), pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura da Contrato.

**6.2.** A Contratada deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

**6.3.** A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **7. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**

As quantidades foram estabelecidas com base nas necessidades das Secretarias pelo período de 12 meses.

Portanto com base na estimativa realizada pela secretaria, o valor a ser licitado para a contratação reflete de forma precisa a real necessidade das Secretarias.

### **7.1. ITENS A SEREM LICITADOS**

<b>LOTE 1 SEGURO TOTAL VEÍCULOS PESADO– LOTE 1</b>			
<b>ITEM</b>	<b>Nº FROTA</b>	<b>PLACA</b>	<b>DESCRIÇÃO VEÍCULO</b>
01	340	TAZ- 3E84	AGRALE/A8700 P8 CARGA CAMINHAO. ANO: 2024/2025
02	116	AXO-6594	IVECO/CITY CLASS 22 PASSAGEIROS, AMARELA ANO/MODELO: 2013/14
03	153	INK- 7089	ONIBUS M.BENS/ COMIL SVELTO U 51 PASSAGEIROS, BRANCA ANO: 2006/06,
04	53	EVC- 7102	ONIBUS SCANIA/ K113 CL 4X2 360 48 PASSAGEIROS, BRANCA



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

			ANO: 1996/96
05	170	BCD-3512	ONIBUS MARCOPOLLO/ VOLARE V8L EO, 36 PASSAGEIROS, BRANCA ANO/MODELO: 2018/18,
06	187	BCG-0617	CAMINHÃO M. BENS/ ATEGO 2730K 6X4 C, BRANCA ANO/MODELO 2017/2018,
07	188	BCK- 4680	ONIBUS VW/ MASCA GRAMINI E O 22 PASSAGEIROS, BRANCA ANO/MODELO 2018/19,
08	200	APH- 9080	ONIBUS M. BENZ BUSSCAR VIS BUS R, PRETA ANO/MODELO 2007/08
09	199	AOB- 0198	ONIBUS SCANIA MARCOPOLLO PARADISO R, ANO/MODELO 2006/2006
10	195	BCO- 5A69	M. BENZ ONIBUS ESCOLAR RURAL ORE 02, ANO/MODELO 2018/19
11	342	TBA-6A96	ONIBUS RODOVIARIO CARR. MASCARELLO, CAP. 43 PASSAGEIROS, VW ANO/MOD 2024/25
12	341	TBA-6A92	ONIBUS RODOVIARIO CARR. MASCARELLO, CAP. 43 PASSAGEIROS, CHASSI VW, ANO/MOD 2024/25.
13	115	AXW-1183	CAMINHAO MERCEDES MODELO ACCELO 815, COR PRATA. ANO/MOD 2013/13,
14	262	RHG-4A73	CAMINHÃO MERCEDES BENZ 1419, COR BRANCA. ANO/MOD 2021/21,
15	271	RHV-6G47	CAMINHÃO IVECO TECTOR 11-190, COR BRANCA. ANO/MOD : 2022/22
16	275	RHZ-8H94	VAN FORD TRANSIT 460 B, CAPACIDADE 19 PASSAGEIROS COR BRANCA. ANO/MOD: 2021/22
17	294	SEG-9J03	FORD TRANSIT TCA AMBULANCIA, COR BRANCA. ANO/ MOD 2022/23



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

LOTE 2			
SEGURO TOTAL VEÍCULOS LEVES – LOTE 2			
ITEM	Nº FROTA	ITEM	ITEM
01	169	AWG-3958	FIAT/ UNO ECONOMY, COR BRANCA ANO/MODELO: 2012/13,
02	167	BCC- 5799	FIAT/ MOBI LIKE, BRANCA ANO/MODELO 2018/18
03	163	BBT- 1496	RENAULT/ LOGAN DYN, BRANCA ANO/MODELO 2017/18,
04	166	BCC- 5797	FIAT/ MOBI LIKE, BRANCA ANO/MODELO 2018/18
05	192	BCL- 7254	RENAULT/ OROCH EXP 16 SCE, COR CINZA ANO/MODELO 2018/2019,
06	189	BCK- 4778	FIAT/ FIOR MODIFICAR AB1, COR BRANCA ANO/MODELO 2018/18,

LOTE 3			
SEGURO RESPONSABILIDADE CIVIL PARA ÔNIBUS (RCO) - LOTE 3			
ITEM	Nº FROTA	PLACA	DESCRIÇÃO VEÍCULO
01	42	BTB-6H70	M. Bens/ OF 1620 49 passageiros, branca Ano: 1996/1996
02	111	AXH-9A98	VW/15.190 OED E. HD ORE, 48 passageiros, amarela Ano: 2013/2013
03	116	AXO-6F94	Iveco/City Class 22 passageiros, amarela Ano: 2013/2014
04	153	INK-7089	M.Bens/ Comil Svelto U 51 passageiros, branca Ano: 2006/2006
05	53	EVC-7102	Scania/ K113 CL 4x2 360 48 passageiros, branca Ano: 1996/1996
06	69	CLJ-3855	M. Bens/ OF 1721 ROD LINCE 48 passageiros, prata Ano: 1998/1998
07	61	ARS-6795	M. Bens/ Masca Gramini O 31 passageiros, amarela Ano: 2009/2009
08	113	AXI-6G13	VW/ 15.190 EOD E. HD ORE 48 passageiros, amarela Ano: 2013/2013
09	60	ARS-6I62	VW/Masca Gramini Os 31 passageiros, amarela Ano: 2009/2009





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

10	170	BCD-3F12	Marcopolo/ Volare V8L EO 36 passageiros, branca Ano: 2018/2018
11	195	BCO -5A69	M. Benz Ônibus Escolar Rural ORE 02 ano 2018-2019
12	138	BSF-9827	Scania/ Mpolo Viale U 49 passageiro, branca Ano: 2005/2005
13	188	BCK-4680	VW/ Masca Gramini E O 22 passageiros, branca Ano: 2018/2019
14	200	APH-9A80	M. Benz Busscar Vis Bus R, Preta Ano: 2007/2008
15	199	AOB-0A98	Scania Marcopolo Paradiso R, Ano: 2006/2006
16	342	TBA-6A96	ONIBUS RODOVIARIO CARR. MASCARELLO, CAP. 43 PASSAGEIROS, VW, ANO/MOD: 2024/25
17	341	TBA-6A92	ONIBUS RODOVIARIO CARR. MASCARELLO, CAP. 43 PASSAGEIROS, CHASSI VW, ANO/MOD: 2024/25
18	215	BDG6F52	VAN. IVECO, DAYLI PASSAGEIROS, ANO/ MOD:2019
19	275	RHZ- 8H94	VAN. FORD, TRANSIT PASSAGEIROS, ANO/MOD: 2020/21
20	280	SDQ-4C28	VAN. FORD, TRANSIT PASSAGEIRO, ANO/ MOD 2020/21
21	281	SDQ-4C29	VAN. FORD, TRANSIT PASSAGEIROS, ANO/ MOD 2020/21
22	282	SDQ-4C26	VAN. FORD, TRANSIT PASSAGEIROS, ANO/ MOD 2020/21
23	290	SEE-7D62	VAN. FORD, TRANSIT PASSAGEIROS, ANO/ MOD 2020/21
24	339	TAR-7J96	IVECO/ÔNIBUS. UTILIZAÇÃO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. ANO/MODELO: 2024/2025.
25	338	TAR-8A10	IVECO/ÔNIBUS. UTILIZAÇÃO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. ANO/MODELO: 2024/2025.
26	337	TAR-7J98	IVECO/ÔNIBUS. UTILIZAÇÃO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. ANO/MODELO: 2024/2025
27	336	TAR-8A13	IVECO/ÔNIBUS. UTILIZAÇÃO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

			ANO/MODELO: 2024/2025.
28	234	BEX-9A18	VEÍCULO IVECO/ÔNIBUS. UTILIZAÇÃO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. ANO/MODELO: 2020/2021 CHASSI:
29	137	AZV-8E42	ÔNIBUS URBANO MASCARELLO GRAN MIDI VOLKSBUS 15-190, UTILIZAÇÃO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. ANO/MODELO 2015/15
30	189	BCK-4731	ÔNIBUS ADAPTADO VW MICROONIBUS, UTILIZAÇÃO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. ANO/MODELO 2018/19
31	193	BCM-6202	ÔNIBUS RODOVIÁRIO VW/17.230, CAPACIDADE MINIMA DE 40 LUGARES MAIS O MOTORISTA, ANO/MODELO: 2018/19
32	286	SDT-1D45	ÔNIBUS VOLARE V8L EO EUROV, CAPACIDADE DE 38 LUGARES MAIS MOTORISTA, ANO/MODELO 2022/23
33	296	SEE-3E61	ÔNIBUS VW NEOBUS ESCOLAR 8.160, CAPACIDADE 22 PASSAGEIROS MAIS O CONDUTOR, ANO/MODELO 2022/23, CHASSI
34	297	SEF-3D82	ÔNIBUS VW NEOBUS ESCOLAR 8.160, CAPACIDADE 22 PASSAGEIROS MAIS O CONDUTOR, ANO/MODELO 2022/23
35	293	SEF-7E94	ÔNIBUS VOLARE V9L EO EUROV, CAPACIDADE DE 48 PASSAGEIROS MAIS MOTORISTA, ANO/MODELO 2022/23.

LOTE 4			
CONTRA TERCEIRO VEÍCULOS LEVE – LOTE 4			
ITEM	Nº FROTA	PLACA	DESCRIÇÃO VEÍCULO
01	323	AMX- 9216	VW/GOL 1.0 - FLEX Ano:2005/2005
02	313	SFI-8G70	Honda XRE 190 Ano 2024/2024
03	315	SFI –8G75	Honda XRE 190 2024/2024
04	314	SFI-8G71	Honda XRE 190 2024/2024
05	317	SFI-8G82	Honda XRE 190 2024/2024 Chassi –
06	316	SFI-8G78	Honda XRE 190 2024/2024
07	51	AQY-9388	VEÍCULO VOLKSWAGEM PARATI





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

08	144	BAJ-8198	ANO/MOD 2009/200 1.6 ANO/MOD:2009/09 PALIO FIRE BRANCO 4 PORTAS, COR BRANCO. Ano: 2016/16
----	-----	----------	--

LOTE 5			
CONTRA TERCEIRO VEÍCULOS PESADOS – LOTE 5			
ITEM	Nº FROTA	PLACA	DESCRIÇÃO VEÍCULO
01	21	AFJ-7E87	CAMIONETE FORD F 4000, ANO/MODELO 1995/95
02	209	ANN-8B30	CAMINHAO FORD CARGO 4331 S CAVALO, ANO/MODELO 2005/05. ACOPLADO NO SEMI REBOQUE PLACA BBL-6A89, ANO/MODELO 2018/18.
03	44	APY-5491	CAMINHÃO VOLKSWAGEM 26.220 ANO/MOD:2008/08
04	42	BTB- 6H70	M. BENS/ OF 1620 49 PASSAGEIROS, BRANCA ANO/ MOD:1996/96
05	111	AXH- 9098	VW/15.190 OED E. HD ORE, 48 PASSAGEIROS, AMARELA. Ano: 2013/13
06	69	CJL- 3855	ONIBUS M. BENS/ OF 1721 ROD LINCE 48 PASSAGEIROS, PRATA Ano: 1998/98,
07	61	ARS- 6795	ONIBUS M. BENS/ MASCA GRAMINI O, 31 PASSAGEIROS, AMARELA ANO/MOD:2009/09
08	113	AXI-6613	ONIBUS VW/ 15.190 EOD E. HD ORE 48 PASSAGEIROS, AMARELA ANO/MOD:2013/13
09	60	ARS- 6862	ONIBUS VW/MASCA GRAMINI O 31 PASSAGEIROS, AMARELA ANO/MOD:2009/09
10	138	BSF- 9827	ONIBUS SCANIA/ MPOLO VIALE U, 49 PASSAGEIRO, BRANCA ANO/MOD:2005/05,



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**7.2. VALOR DETERMINADO PARA CONTRATAÇÃO DE SEGURO**

TABELA 1 – SEGURO TOTAL VEÍCULOS PESADOS											DANOS A TERCEIROS			
ITEM	VEÍCULO	PLACA	CASCO	APP MORTE, INVALIDEZ, DMHO, POR PASSAGEIRO	DANOS MATERIAIS	DANOS CORPORAIS	DANOS MORAIS	FRANQUIA	VIDROS BÁSICOS	COBERTURA ASSIST 24HRS	APP MORTE, INVALIDEZ, DMHO, POR PASSAGEIRO	DANOS MATERIAIS	DANOS CORPORAIS	DANOS MORAIS
1	AGRALE/A8700 P8 CARGA CAMINHÃO CHASSI-99BYCAYAKASCO0042 2024/2025	TAZ-3EB4	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	100KM	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
2	IVECO/CITY CLASS 22 PASSAGEIROS, ANO/MODELO 2013/14, CHASSI 93ZL68C01EB454124 AMARELA	AXO-6594	COTAÇÃO	0	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
3	ONIBUS M.BENS/ COMIL SVELTO U 51 PASSAGEIROS, 2006/06, CHASSI 9BM3840766B498708, BRANCA	INK-7089	COTAÇÃO	0	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
4	ONIBUS SCANIA/ K113 CL 4X2 360 48 PASSAGEIROS, 1996/96 BRANCA CHASSI 9BSKC4X2BT3465541	EVC-7102	COTAÇÃO	0	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200Km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
5	ONIBUS MARCOPOLLO/ VOLARE V8L EO, 36 PASSAGEIROS, ANO/MODELO 2018/18, CHASSI 93PB54M10JC059676, BRANCA	BCD-3512	COTAÇÃO	0	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
6	CAMINHÃO M. BENS/ ATEGO 2730K 6X4 C, ANO/MODELO 2017/2018, CHASSI 9BM958170JB083320, BRANCA	BCG-0617	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Não	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
7	ONIBUS VW/ MASCA GRAMINI E O 22 PASSAGEIROS, ANO/MODELO 2018/19, CHASSI 9532M52P5KR907390, BRANCA	BCK-4680	COTAÇÃO	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
8	ONIBUS M. BENZ BUSSCAR VIS BUS R, ANO/MODELO 2007/08, PRETA CHASSI 9BM6340619B554253	APH-9080	COTAÇÃO	0	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
9	ONIBUS SCANIA MARCOPOLLO PARADISO R, ANO/MODELO 2006/2006, CHASSI 9BSK4X2B063584502	AOB-0198	COTAÇÃO	0	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
10	M. BENZ ONIBUS ESCOLAR RURAL ORE 02, ANO/MODELO 2018/19, CHASSI 9BM979277KB096175	BCO-5A69	COTAÇÃO	0	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Não	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
11	ONIBUS RODOVIÁRIO CARR. MASCARELLO, CAP. 43 PASSAGEIROS, CHASSI VW 9532ABTUSR021505, ANO/MOD 2024/25,	TBA-6A96	100% FIPE	0	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	300Km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

12	ONIBUS RODOVIARIO CARR. MASCARELLO, CAP. 43 PASSAGEIROS, CHASSI VW 9532A8TUSR024078, ANO/MOD 2024/25.	TBA-6A92	100% FIPE	0	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	300Km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
13	CAMINHÃO MERCEDES MODELO ACCELO 915, CHASSI 9MB979026DS016565, ANO/MOD 2013/13, COR PRATA.	AXW-1183	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	100Km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
14	CAMINHÃO MERCEDES BENZ 1419, CHASSI 9BM958130MB215465, ANO/MOD 2021/21, COR BRANCA.	RHG-4A73	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	100Km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
15	CAMINHÃO IVECO TECTOR 11-190, CHASSI 93ZA01BDZN8948494, ANO/MOD 2022/22, COR BRANCA.	RHV-6547	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	100Km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
16	VAN FORD TRANSIT 460 B, CAPACIDADE 19 PASSAGEIROS, CHASSI WFOJTTBE9U001442, ANO/MOD 2021/22, COR BRANCA.	RHZ-8H94	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	300Km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
17	FORD TRANSIT TCA AMBULANCIA, CHASSI= WFOBTTVD5PU005580, ANO/ MOD 2022/23, COR BRANCA.	SEG-9J03	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	300km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00

TABELA 2 – SEGURO TOTAL VEÍCULOS LEVES											DANOS A TERCEIROS			
ITEM	VEÍCULO	PLACA	CASCO	APP MORTE, INVALIDEZ, DMHO, POR PASSAGEIRO	DANOS MATERIAIS	DANOS CORPORAIS	DANOS MORAIS	FRANQUIA	VIDROS BÁSICOS	COBERTURA ASSIST 24HRS	APP MORTE, INVALIDEZ, DMHO, POR PASSAGEIRO	DANOS MATERIAIS	DANOS CORPORAIS	DANOS MORAIS
01	FIAT/ UNO ECONOMY, ANO/MODELO 2012/13, CHASSI 9BD195173D0421448, COR BRANCA	AWG-3958	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Não	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
02	FIAT/ MOBI LIKE, ANO/MODELO 2018/18, CHASSI 9BD341A5XJY549003, BRANCA	BCC-5799	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
03	RENAULT/ LOGAN DYN, ANO/MODELO 2017/18, CHASSI 93Y4SRFHEJJ150481, BRANCA	BBT-1496	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
04	FIAT/ MOBI LIKE, ANO/MODELO 2018/18, CHASSI 9BD341A5XJY553979, BRANCA	BCC-5797	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
05	RENAULT/ OROCH EXP 16 SCE, ANO/MODELO 2018/2019, CHASSI93Y95R3H5KJ465761, COR CINZA	BCL-7254	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

06	FIAT/ FIOR MODIFICAR AB1, ANO/MODELO 2018/18, CHASSI 9BD2651JHJ9108899, COR BRANCA	BCK-4778	100% FIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00		Sim	200km	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00
----	--	----------	-----------	---------------	----------------	----------------	---------------	--	-----	-------	---------------	----------------	----------------	---------------

**LOTE 4 – FRANQUIA SEGURO CONTRA TERCEIRO VEÍCULOS LEVES**

ITEM	QNT	UND	VEÍCULO	PLACA	CASCO	APP MORTE, INVALIDEZ, DMHO, POR PASSAGEIRO	DANOS MATERIAIS	DANOS CORPORAIS	DANOS MORAIS	FRANQUIA	VIDROS BÁSICOS	COBERTURA ASSIST 24HRS
1	1	UND	VW/GOL 1.0 - FLEX 2005/2005 Chassi 9BWCA05X35T200365	AMX-9216	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
2	1	UND	Honda XRE 190 2024/2024 Chassi – 9C2MD4100RR007183	SFI-8G70	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
3	1	UND	Honda XRE 190 2024/2024 Chassi – 9C2MD4100RR007120	SFI – 8G75	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
4	1	UND	Honda XRE 190 2024/2024 Chassi – 9C2MD4100RR007396	SFI-8G71	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
5	1	UND	Honda XRE 190 2024/2024 Chassi – 9CMD4100RR007110	SFI-8G82	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
6	1	UND	Honda XRE 190 2024/2024 Chassi – 9C2MD4100RR007158	SFI-8G78	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
7	1	UND	VEÍCULO VOLKSWAGEM PARATI ANO/MOD 2009/200 1.6 ANO/MODELO 2009/09, CHASSI 9BWGB05W29P115327.	AQY-9388	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
8	1	UND	PALIO FIRE BRANCO 4 PORTAS, 2016/16 CHASSI 9BD17122ZG7581766, COR BRANCO.	BAJ-8198	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0

**LOTE 5 – FRANQUIA SEGURO CONTRA TERCEIRO VEÍCULOS PESADOS**

ITEM	QNT	UND	VEÍCULO	PLACA	CASCO	APP MORTE, INVALIDEZ, DMHO, POR PASSAGEIRO	DANOS MATERIAIS	DANOS CORPORAIS	DANOS MORAIS	FRANQUIA	VIDROS BÁSICOS	COBERTURA ASSIST 24HRS
1	1	UND	CAMIONETE FORD F 4000, ANO/MODELO 1995/95, CHASSI 9BFKNTNT37SDB67687.	AFJ-7E87	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
2	1	UND	CAMINHÃO FORD CARGO 4331 S CAVALO, ANO/MODELO 2005/05, CHASSI 9BFYCTET55BB55839, ACOPLADO NO SEMI REBOQUE PLACA BBL-6A89, ANO/MODELO 2018/18, CHASSI 9A9S3PM00JCFH5028	ANN-8B30	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
3	1	UND	CAMINHÃO VOLKSWAGEM 26.220 ANO/MODELO 2008/08, CHASSI 9BW4782U28R832626.	APY-5491	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
4	1	UND	M. BENS/ OF 1620 49 PASSAGEIROS, ANO/ MODELO 1996/96, CHASSI 9BM384087TB104137, BRANCA	BTB-6770	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

5	1	UND	VW/15.190 OED E. HD ORE, 48 PASSAGEIROS, 2013/13, CHASSI 9532E82E82W9DR350296, AMARELA.	AXH-9098	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
6	1	UND	ONIBUS M. BENS/ OF 1721 ROD LINC 48 PASSAGEIROS, 1998/98, CHASSI 9BM384073WB166306, PRATA	CJL-3855	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
7	1	UND	ONIBUS M. BENS/ MASCA GRAMINI O, 31 PASSAGEIROS, ANO/MODELO 2009/09, CHASSI 9BM6882729B660209, AMARELA	ARS-6795	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
8	1	UND	ONIBUS VW/ 15.190 EOD E. HD ORE 48 PASSAGEIROS, ANO/MODELO 2013/13, CHASSI 9532E82WXDR340893, AMARELA	AXI-6613	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
9	1	UND	ONIBUS VW/MASCA GRAMINI O 31 PASSAGEIROS, ANO/MODELO 2009/09, CHASSI 9BWP452R99R942087, AMARELA	ARS-6862	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0
10	1	UND	ONIBUS SCANIA/ MPOLO VIALE U, 49 PASSAGEIRO, ANO/MODELO 2005/05, CHASSI 9BSK4X2B053565342, BRANCA	BSF-9827	0	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00	0	0	0

### 7.3. Veículos Sem Referência na Tabela FIPE

Para os veículos que não possuem cotação disponível na Tabela FIPE, a estimativa de valores foi realizada com base nos orçamentos internos fornecidos pelo Departamento de Frotas vinculado à Secretaria Municipal de Administração. Esses valores consideram o estado de conservação, o ano de fabricação, o modelo, o uso predominante do veículo.

Tal procedimento se justifica pela ausência de parâmetros de mercado amplamente reconhecidos para determinados modelos específicos, customizados ou com particularidades de aquisição por meio de convênios e programas institucionais.

Esses valores servirão como base para fins de cotação e elaboração das apólices, e serão devidamente informados à seguradora no momento da contratação, acompanhados de justificativas e documentação comprobatória emitida pelo setor técnico responsável.

VEÍCULOS PESADO- LOTE 1			
ITEM	DESCRIÇÃO	PLACA	VALOR DO VEÍCULO
01	ONIBUS M.BENS/ COMIL SVELTO U 51 PASSAGEIROS, 2006/06, CHASSI 9BM3840786B498708, BRANCA	INK- 7089	R\$110.000,00
02	ONIBUS SCANIA/ K113 CL 4X2 360 48 PASSAGEIROS, 1996/96 BRANCA CHASSI 9BSKC4X2BT3465541	EVC- 7102	R\$125.000,00



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

03	ONIBUS M. BENZ BUSSCAR VIS BUS R, ANO/MODELO 2007/08, PRETA CHASSI 9BM6340618B554253	APH- 9080	R\$120.000,00
04	ONIBUS SCANIA MARCOPOLO PARADISO R, ANO/MODELO 2006/2006, CHASSI 9BSK4X2B063584502	AOB- 0198	R\$160.000,00
05	M. BENZ ONIBUS ESCOLAR RURAL ORE 02, ANO/MODELO 2018/19, CHASSI 9BM979277KB096175	BCO- 5A69	R\$240.000,00
06	ONIBUS RODOVIARIO CARR. MASCARELLO, CAP. 43 PASSAGEIROS, CHASSI VW 9532A8TU5SR021505, ANO/MOD 2024/25,	TBA-6A96	R\$905.000,00
07	ONIBUS RODOVIARIO CARR. MASCARELLO, CAP. 43 PASSAGEIROS, CHASSI VW 9532A8TU5SR024078, ANO/MOD 2024/25.	TBA-6A92	R\$905.000,00

#### **8. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Como forma de levantamento de mercado, foram analisados orçamentos obtidos junto a empresas especializadas na prestação de serviços de seguro veicular.

A análise contemplou seguros com cobertura total para veículos leves e pesados, seguro de responsabilidade civil para ônibus, bem como seguros contra terceiros, observando-se os critérios mínimos exigidos para o objeto da contratação, tais como: emissão de apólices individualizadas por veículo, cobertura com abrangência nacional, oferta de assistência 24 horas e possibilidade de inclusão de novos veículos durante a vigência contratual.

Para os veículos que não possuem cotação disponível na Tabela FIPE, os valores estimados foram fornecidos pelo Departamento de Frotas da Administração Municipal, considerando características técnicas, estado de conservação e demais informações pertinentes.

As informações obtidas junto ao mercado subsidiaram a composição da estimativa de preços, bem como a validação da viabilidade técnica e econômica da futura contratação.

#### **9. ESTIMATIVA DE PREÇO A SER LICITADO**

A **estimativa de preço para a contratação é de R\$ 240.853,64 (Duzentos e quarenta mil, oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta e quatro centavos).**

**Pesquisa de Preço:** A pesquisa de preços foi realizada com base em orçamentos obtidos junto a fornecedores especializados, coletados pelo Departamento de Frota e Logística da Administração Municipal.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

Os orçamentos contemplam os cinco lotes definidos neste Estudo Técnico Preliminar, considerando as diferentes modalidades de cobertura de seguro veicular.

Ressalta-se que, durante a formação da estimativa de preços, **não foi possível obter três orçamentos para todos os itens**, situação justificada no documento anexo emitido pelo Departamento de Frota e Logística, o qual acompanha este Estudo Técnico Preliminar.

Para definição dos valores unitários estimados de cada seguro, foi considerado o **menor preço entre os orçamentos válidos obtidos**.

**Responsável técnico pelo levantamento de preços:** Departamento de Frota e Logística – Prefeitura Municipal de Cafelândia/PR.

#### **10. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E ESCRITÓRIO “COMPRA PARANÁ”**

Em cumprimento ao decreto municipal que estabeleceu o escritório “Compra Paraná”, decreto 039/2023, nos termos do artigo 7º § 3º, para a possibilidade de aplicação da prioridade da licitação para empresas locais enquadradas, foi realizada consulta junto a o Departamento de Fiscalização desta municipalidade buscando empresas que possuam em seus CNAE’S atividades que satisfaçam o objeto da licitação.

Nesta busca, não foram identificadas empresas no município de Cafelândia que estão aptas a participar do processo de licitação ofício nº 062/2025 da Secretaria Municipal de Administração.

#### **11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO**

A solução escolhida para contratação de empresa especializada no fornecimento de Seguro da Frota Municipal para realização de um pregão.

##### **a) Benefícios do pregão eletrônico:**

**I. Agilidade:** O pregão eletrônico proporciona um processo mais rápido, reduzindo o tempo necessário para a conclusão da licitação.

**II. Transparência:** Todas as etapas do processo licitatório são realizadas de forma eletrônica, garantindo transparência e imparcialidade na seleção do fornecedor.

**III. Competitividade:** A modalidade de pregão eletrônico promove a competição entre os fornecedores, resultando em melhores condições e preços para o órgão contratante.

**IV. Ampla participação:** Através do pregão eletrônico, é possível alcançar um maior número de fornecedores, aumentando as opções disponíveis e a possibilidade de obter o melhor custo-benefício.

Com o pregão eletrônico, será possível realizar uma análise detalhada das propostas recebidas, assegurando que a prestação de serviço atenda plenamente às necessidades da Secretaria, bem como aos critérios estabelecidos.

#### **12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO ou NÃO PARCELAMENTO**

A contratação do seguro da frota municipal de Cafelândia-PR será realizada por **lotes**, considerando a diversidade dos tipos de veículos e as diferentes





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

modalidades de cobertura necessárias para atender adequadamente às demandas da Administração Pública.

A divisão em lotes foi adotada com base em critérios técnicos, agrupando os veículos conforme suas características e o tipo de seguro exigido.

Essa estrutura permite melhor organização da contratação, facilita o controle administrativo e possibilita a participação de seguradoras especializadas em determinados perfis de risco, promovendo maior competitividade e potencial redução de custos.

Além disso, o parcelamento por lote respeita os princípios da economicidade, eficiência e competitividade, ao mesmo tempo em que evita a fragmentação excessiva do objeto, o que ocorreria caso a contratação fosse feita por item individualizado (por veículo).

Dessa forma, a adoção da contratação por **lotes técnicos e funcionais** assegura maior racionalidade, controle e eficiência operacional..

### **13. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO**

Com a contratação dos serviços de seguro veicular para a frota municipal de Cafelândia-PR, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- a) Proteção patrimonial do Município**, por meio da cobertura de sinistros envolvendo os veículos oficiais, como colisões, roubos, furtos, incêndios, entre outros;
- b) Cobertura de responsabilidade civil contra terceiros**, garantindo a indenização por danos materiais e/ou corporais eventualmente causados durante a utilização dos veículos;
- c) Redução dos impactos financeiros e operacionais decorrentes de acidentes**, minimizando prejuízos ao erário e preservando a continuidade dos serviços públicos;
- d) Atendimento rápido e eficiente**, por meio da exigência de vistoria online imediata (em até 3 horas após assinatura contratual) e disponibilidade de canal direto de contato com a seguradora;
- e) Gestão mais eficiente das apólices**, com contratos organizados por lotes conforme o tipo de cobertura e o perfil da frota, assegurando clareza e controle durante toda a vigência do contrato;
- f) Flexibilidade na administração da frota**, com possibilidade de inclusão de novos veículos durante a vigência da apólice, respeitando as condições pactuadas.

Ao final do processo, a Administração Pública Municipal contará com uma frota segurada, legalmente resguardada e apta para o desempenho contínuo e seguro de suas funções, contribuindo para a qualidade e segurança dos serviços prestados à população.

### **14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DA CONTRAÇÃO DO CONTRATO**

Não se faz necessária providências previas a contratação.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

**15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Atualmente, não há **licitação vigente** deste veículos.

**16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS**

A contratação de seguro veicular, por si só, não gera impactos ambientais diretos, uma vez que se trata de um serviço de natureza administrativa e financeira. No entanto, indiretamente, o objeto contratado está relacionado ao uso da frota de veículos, o que pode acarretar impactos ambientais decorrentes da emissão de poluentes, consumo de combustíveis fósseis e geração de resíduos provenientes de sinistros ou manutenções.

Portanto, conclui-se que **não há impacto ambiental direto significativo** decorrente da contratação do seguro veicular.

**17. ANÁLISE DE RISCO**

A contratação de seguro para a frota municipal de Cafelândia-PR é, por sua natureza, uma medida de mitigação de riscos patrimoniais, operacionais e jurídicos relacionados ao uso dos veículos públicos. No entanto, mesmo com a contratação do seguro, alguns riscos precisam ser identificados e tratados preventivamente para garantir a efetividade do contrato.

Um dos principais riscos é a **ausência de cobertura securitária ativa**, especialmente para veículos cujas apólices venceram em 2025. Caso ocorra um sinistro sem cobertura vigente, o Município poderá arcar com elevados prejuízos financeiros. Para mitigar esse risco, a contratação será estruturada para garantir a **ativação imediata das apólices**, com realização de **vistoria online no prazo máximo de 3 horas após a assinatura do contrato**, condição obrigatória no instrumento contratual.

Outro risco identificado é o da **deficiência na cobertura securitária**, ou seja, apólices com valores ou condições insuficientes frente às características e ao uso dos veículos públicos. Isso pode resultar em negativa de indenização ou em ressarcimentos incompletos. Como forma de prevenção, será exigida a **emissão de apólices individualizadas por veículo**, com descrição precisa dos dados e da cobertura contratada, conforme especificações de cada lote.

Também foi considerado o risco de **inflexibilidade contratual para inclusão de novos veículos durante a vigência da apólice**, o que poderia deixar parte da frota desprotegida. Esse risco será tratado com cláusulas contratuais que prevejam a **possibilidade de inclusão de veículos adicionais**, conforme necessidade da Administração.

Adicionalmente, existe o risco de **atendimento inadequado ou demorado por parte da seguradora**, especialmente em casos emergenciais. Para mitigar tal risco, será exigida a **disponibilização de canal de atendimento 24 horas**, bem como prazos máximos para resposta e acionamento da cobertura.

Por fim, destaca-se que todos esses riscos serão acompanhados ao longo da execução contratual, com a atuação do setor de frotas e da fiscalização contratual, a fim de garantir que as condições pactuadas estejam sendo cumpridas e que os veículos da Administração estejam devidamente segurados.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

**18. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO E VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A natureza dos serviços e bens a serem contratados que compreendem Seguro da Frota Municipal, enquadra-se como "bens e serviços comuns", conforme previsto no respectivo dispositivo legal.

Dessa forma, a contratação torna-se viável, assegurando a continuidade dos serviços com qualidade e segurança. Essa escolha tem por objetivo garantir celeridade, eficiência e transparência no processo de contratação, ao mesmo tempo em que promove a competitividade e assegura as melhores condições para a administração.

Cafelândia-PR, 11 de abril de 2025.

Responsável pela elaboração:

---

**MARCELO EDUARDO TOBE**  
Matrícula: **767322700**

Aprovação

O presente Estudo Técnico Preliminar já assinado pela responsável por sua elaboração, fica devidamente aprovado pelas autoridades competentes.

---

**JAQUELINE MOTTER DE OLIVEIRA**  
Secretária Municipal de Administração



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**ANEXO III**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)**

Apresentamos nossa proposta para ....., objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº xxx/2025 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

**IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE**

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

**PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)**

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Termo de Referência.

Item	Especificação	Quantidade	Unidade	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	xx	xx	xx	xx	R\$	R\$
2	xx	xx	xx	xx	R\$	R\$

**CONDIÇÕES GERAIS**

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

**PRAZO DE GARANTIA (SE HOUVER)**

A garantia deverá ser da seguinte forma: para todos os **Lotes** de no mínimo \_\_\_\_\_, a contar do recebimento definitivo do objeto pela CONTRATANTE.

**LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

De acordo com o especificado no Termo de Referência, deste Edital.

**Obs.:** No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL**

No mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

**LOCAL E DATA**

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**  
(preferencialmente em papel timbrado da licitante)

**Ao Pregoeiro e equipe de apoio**

Prefeitura Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2025**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

(    ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ..... , cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**

7) Declaramos, para os devidos fins que a Conta Corrente p/Depósito: ..... Banco: ..... Agência:.....

8) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, encaminhar contrato assinado **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

**E-mail:**

**Telefone: ( )**

**Cidade:.....Bairro:.....Rua:.....nº .....CEP:.....**

9) Caso altere o citado e-mail, telefone ou endereço comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

10) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/Contrato**, referente ao Pregão Eletrônico nº **Nº xxx/2025** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

..... de 2025.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**ANEXO V**

**MINUTA DO CONTRATO**

**MINUTA - CONTRATO N°** \_\_\_\_/\_\_\_\_.  
Processo Administrativo N° \_\_\_\_/\_\_\_\_.  
(NOMETIPOLICITACAO) n° \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Contrato de **(aquisição) ou (prestação dos serviços)**, que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA**, e, de outro a empresa, \_\_\_\_\_, nos termos abaixo:

De um lado, o **MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cep: 85.415-000, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. \_\_\_\_\_, nomeado pelo Termo de Posse, em \_\_\_\_\_, matrícula n° \_\_\_\_\_, simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro, a empresa, \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ n° \_\_\_\_\_, com sede na Rua: \_\_\_\_\_, n° \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Telefone: \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, na cidade \_\_\_\_\_, estado do \_\_\_\_\_, neste ato representado, pelo seu socio administrador ou representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, e em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto n.º 156 de 20 de dezembro de 2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O presente Contrato tem por objeto: **Empresa especializada para**

---

---

---

1.2. **Descrição e valores do objeto do presente Contrato:**  
(ITENS.CONTRATO)

**CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

2.1. O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei Nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do **Processo administrativo nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ - (NOME LICITACAO nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_)**, aplicando-se ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

3.1. O CONTRATANTE, pagará ao CONTRATADO, pela **(aquisição do objeto) ou (prestação dos serviços)** estabelecidos na cláusula primeira, **o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)**, respeitando o valor máximo do(s) item(s) indicado(s) na cláusula primeira.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. Não haverá exigência de garantia contratual da execução dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

3.4. Os recursos para assegurarem os pagamentos do objeto deste contrato, serão através das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Projeto/atividade e	Natureza	Fonte	Conta / Secretaria

**CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO (conforme termo de referência ou edital)**

4.1. O prazo de **vigência da contratação é de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_**, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. O produto deverá ser entregue em sua totalidade.

4.3. O prazo de entrega dos **produtos será em até \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias**, contados da assinatura do contrato é a partir do recebimento da requisição de compra (enviado por e-mail) do departamento solicitante. O local de entrega será definido pela secretária requisitante.

4.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Os prazos de que tratam o item 4.3. poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

4.6. Cabe ao entregador aguardar o funcionário responsável terminar todos os procedimentos e verificação de qualidade para posterior assinatura das guias de entrega.

4.7. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte de carga e descarga.

4.8. Caso o recebedor constatar a impossibilidade do uso, os produtos deverão ser devolvidos e repostos no prazo estipulado pela secretaria ou Termo de Referência.

4.9. **Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação do objeto.

**4.10. RECEBIMENTO DO OBJETO:**

4.10.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constante no Termo de Referência e na proposta.

4.10.2. Os itens poderão ser rejeitados, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo XXX (XXX) dias, a constar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.10.3. No caso de controvérsia sobre execução do objeto, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.10.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**CLAUSULA QUINTA - DA FORMA E PRAZOS DE PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/ Fatura. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.2. O faturamento deverá ser feito através de nota fiscal eletrônica da empresa que participou da licitação emitida: a **Prefeitura Municipal de Cafelândia, CNPJ sob nº 78.121.878/0001-72.**

5.3. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

5.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

5.6. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.10. É obrigatória a observância da retenção do Imposto de Renda na fonte conforme IN RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012, e consequentemente influenciou a promulgação do Decreto Municipal nº 089, de 03 de agosto de 2023, que dispõe sobre a retenção na fonte do Imposto de Renda incidente sobre pagamentos a fornecedores do Município de Cafelândia/PR, **quando couber**.

#### **CLÁUSULA SEXTA - GESTÃO CONTRATO - FISCAL E GESTOR**

6.1. **O FISCAL**, Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato equivalente, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3. O fiscal acompanhará a execução para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

6.4. O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato ou instrumento equivalente nas datas aprazadas, o fiscal contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação.

6.9. O fiscal contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.10. Caso ocorram descumprimento das obrigações, o fiscal contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.11. **O GESTOR DO CONTRATO:** Coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais de todas as ocorrências relacionadas à execução contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo fornecedor, com menção ao seu desempenho na execução, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

6.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

### **CLÁUSULA SETIMA - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA**

7.1. Nos termos da Lei e demais legislações pertinentes à corresponsabilidade dos agentes públicos envolvidos, firma o presente contrato, juntamente com o Senhor Prefeito Municipal, e a(o) Senhor(a) Secretária(o) que assinar o Ofício de solicitação para a realização do processo licitatório para a aquisição do objeto/prestação de serviços, obrigando-se ao cumprimento do contido na Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto n.º 156 de 20 de dezembro de 2023.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Realizar rigorosa conferência das características dos itens fornecidos, por meio da Comissão de Recebimento designada ou servidor, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem.
- d) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo de referência, edital e proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- e) Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- f) Comunicar, por escrito, à CONTRATADA o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.
- g) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- h) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

- i) Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- j) Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- k) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- l) Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- m) Notificar a contratada quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- n) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. São obrigações do Contratado:

- a) Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação.
- b) Disponibilizar canal direto com o fiscal de contrato para atendimento de eventuais dúvidas, reclamações ou problemas durante a entrega dos itens.
- c) Designar, formalmente, representante, no ato da assinatura da ata de registro de preços, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento.
- d) Entregar os produtos respeitando rigorosamente as condições do Edital e seus anexos.
- e) Acatar as recomendações da fiscalização do contratante, facilitando a ampla ação desta, inclusive com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitados.
- f) Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários.
- g) Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- h) Realizar a substituição de eventuais itens que apresentarem defeito(s) no prazo estipulado no Estudo técnico preliminar.
- i) Estar apta a iniciar o fornecimento dos equipamentos no momento da assinatura do contrato.

**CLÁUSULA DECIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PENALIDADES**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto 156 de 20 de dezembro de 2023 o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

**10.2.4. Multa:**

a) Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;

b) Moratória de 10 % (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

c) O atraso superior a 5 (cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

d) Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

e) Multa, a qual poderá ser aplicada isoladamente ou de forma cumulada com as demais penas, entre 0,5% a 30% do valor do contrato

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).





**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

- a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - REAJUSTES**

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, ou por outro índice que vier a substituí-lo, caso haja prorrogação, de comum acordo entre as partes.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo

## **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO**

13.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

14.1. A CONTRATADA deverá observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei nº 14.133/21 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE**

15.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos, no Portal Nacional de Contratações, sítio oficial da internet e Diário Oficial DOS Municípios, observados os prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. As despesas resultantes da publicação deste Contrato e de seus eventuais aditivos, correrão por conta do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

16.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis -



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
**Estado do Paraná**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

16.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, e entre esta e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

16.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

16.4. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.5. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

16.5.1. A comunicação não exime a CONTRATADA das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

16.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis

**CLÁUSULA DECIMA SETIMA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Aurora/PR, com renúncia de qualquer outro, para dirimir as dúvidas ou questões decorrentes da presente.

17.2. Fazem parte integrante deste Contrato, independentemente da transcrição, as condições estabelecidas no Edital e as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 156 de 20 de dezembro de 2023, e demais legislações pertinentes.

17.3. E, por estarem justos, firmam o presente Contrato para que surtam todos os efeitos legais.

Cafelândia/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA**  
(NOME PREFEITO)  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA**  
Estado do Paraná  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

---

---

**GESTOR - CONTRATO**

(NOME GESTOR)

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÃO E CONTRATOS

---

**FISCAL DO CONTRATO**

(NOME FISCAL)

SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXX

---

**(NOME EMPRESA)**

(NOME REPRESENTANTE LEGAL)

REPRESENTANTE LEGAL

CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

---

NOME:  
MATRICULA:

---

NOME:  
MATRICULA: